



o MINISTÉRIO ADVENTISTA



ANO 22

MARCO-ABRIL DE 1956

Nº. 2

CASA PUBLICADORA BRASILEIRA



“É em grande parte por meio de nossas casas editoras que se há de efetuar a obra daquele outro anjo que desce do Céu com grande poder e, com sua glória, ilumina a Terra.” — *Test. Sel.* [Edição mundial], Vol. III, pág. 142.

Poderia Deus em Vós Confiar?

SUPONHAMOS, apenas suponhamos, que em vossa próxima série de conferências Deus vos concedesse o Seu Espírito Santo, e, num único dia, 500 pessoas aceitassem a mensagem. Ou, imaginemos que Ele vos concedesse o dom de curar, e ao orardes por pessoas moribundas que padecessem de câncer incurável, certa quantidade delas se levantassem do leito, e fôsse verificado estarem perfeitamente sãs. Podereis garantir que não começaríeis pavonear-vos um pouco, e a usar uma expressão afetada de piedade quase lastimosa, manifestando orgulho subconsciente, ansioso de publicidade? Ou, poderíeis garantir que vossa espôsa, com penalizada condescendên-

cia, não se condoeria insinuantemente da espôsa de outros obreiros que não possuíssem “o poder divino” conferido ao “seu” marido?

Virá de novo o tempo em que, pela “loucura da pregação”, grande número de pessoas aceitarão a mensagem. Semelhantemente, mais que chegado está o tempo em que os homens de Deus deveriam possuir o dom de curar. Não obstante, êsses dons divinos só serão manifestados entre os homens em quem Deus possa *confiar*. Sejam os homens humildes, reconhecendo que “por nós mesmos nada podemos fazer.” “Nossa capacidade vem de Deus.”

Poderia Deus em vós confiar?





Órgão publicado bimestralmente pela
Associação Ministerial da Igreja Adventista do
Sétimo Dia

Editado pela
Casa Publicadora Brasileira
Santo André, São Paulo

Gerente — **Bernardo E. Schuenemann**
Redator responsável — **Luiz Waldvogel**
Redator associado — **Rafael de A. Butler**

Colaborador especial:
Walter E. Murray



Ano 22

Nº. 2

<i>Poderia Deus em Vós Confiar?</i>	2
<i>Notas e Notícias</i>	3

ARTIGOS GERAIS

<i>Conjugação de Esforços na Vida Cap. XI</i> <i>— Mantenhamos Atitude de Segurança</i>	4
<i>A Cronologia de Esdras 7 Cap. V — Calen-</i> <i>dários Judeus Posteriores ao Cativoiro</i>	7
<i>O Chamado de Deus — Estais Convictos</i>	14

EVANGELISMO

<i>Pregação Persuasiva</i>	16
--------------------------------------	----

OBRA PASTORAL

<i>Obra, Vocação e Responsabilidade Pastorais</i> <i>— III</i>	17
---	----

NOSSA LÍNGUA

<i>"Erros Elementares"</i>	20
--------------------------------------	----



Notas e Notícias

◆ Os delegados da Liga Luterana da América do Norte, reunidos em Ann Arbor, Estado de Michigan, condenaram "o uso de filmes sonoros de material bíblico e religioso quando houver desvirtuamento de seu verdadeiro propósito — transmitir a Palavra de Deus." — TIME, 29/8/1955.

◆ **RELATOU** o Conselho Nacional Luterano que o número dos membros das igrejas luteranas dos Estados Unidos aumentou em 248.840, o ano passado, e atingiu novo recorde de 7.117.906. A área do maior crescimento foi o Sínodo de Missúri, que conquistou 84.625 novos conversos, ou seja, 4,4% em 1954. — TIME, 22/8/1955.

◆ O **NÚMERO** de pessoas que pertencem a alguma igreja, nos Estados Unidos, aumentou para a cifra recorde de 97.482.611, em 1954. Isso representa um aumento de 2.639.766 sôbre 1953, segundo dados do Yearbook of American Churches. Presentemente, 60,3% de todos os norte-americanos são membros de denominações religiosas. — TIME, 22/8/1955.

◆ O **CONSELHO** da cidade de Nuremberga, Alemanha, sob contróle socialista, decidiu não tomar conhecimento dos protestos de líderes religiosos à decisão de reconstruir um monumento (destruído pelos nazistas em 1933) do filósofo ateu do século XIX, Ludwig Feuerbach, um dos intelectuais que influenciou Carlos Marx. Decidiu o conselho, também, restaurar a antiga inscrição: "Criou o homem a Deus, segundo a sua imagem." — TIME, 22/8/1955.

◆ **SAMUEL CARDINAL STRICH**, de Chicago, E. U. A, insistiu na restauração do "conceito da Virgem" para combater "o sexualismo e os ataques violentos à vida familiar." "Dir-se-ia que o mundo esteja atacado de loucura sexual," disse êle na União Nacional das Senhoras Católicas. Precisam as mulheres ser restauradas à posição da "sagrada dignidade" e, em "casa, nas suas imediações, na sociedade e na nação," atuar tal como o fêz a virgem Maria. — TIME, 29/8/1955.

◆ **QUATRO** clérigos batistas norte-americanos em viagem à Rússia, de lá regressaram "impressionados com o entusiasmo e a sinceridade" dos devotos russos e com "a surpreendente quantidade de jovens de ambos os sexos que freqüentam as igrejas." Disse o rev. Theodore F. Adams, da Primeira Igreja Batista de Richmond, Virgínia, presidente da Aliança Mundial Batista: "Certo é que não desfrutaram de liberdade religiosa, tal como nós a conhecemos, mas certamente têm ampla liberdade de culto." — TIME, 29/8/1955.



ARTIGOS GERAIS

Conjugação de Esforços na Vida

ARTUR L. BIETZ

(Pastor da Igreja White Memorial)

Capítulo XI — Mantenhamos Atitude de Segurança

“O SENTIMENTO mais marcante que se manifesta em minha personalidade é o de inferioridade. Creio que não me valorizo na justa medida. Lembro uma ocasião em que mantinha amizade com certo jovem que me agradava. As outras moças do internato não o apreciavam, e confundiram tanto a minha opinião, que optei pelo rompimento da minha amizade com ele. Lembrome de que, por não confiar em mim própria, estava muito desejava de escutar os conceitos que elas dêle faziam. Ainda agora, embora saiba que tenho razão, sempre temo que minhas opiniões não sejam aceitas.” A dificuldade da moça que assim se expressava, fornece-nos um bom exemplo dos sentimentos de incerteza que atribulam muitas pessoas. As perplexidades quanto ao nosso próprio valor são causas produtoras de enfermidades mentais e emocionais.

O sentimento de desamparo sempre acarreta a perda da estima própria. A incapacidade de amar implica no sentimento de falta de mérito próprio e de inferioridade. Quem pouco se valoriza, terá que valorizar o mundo e a sociedade em forma idêntica. Quem se considera inútil, crê que o mundo também o considera de igual modo. A pessoa ameaçada ou insegura, geralmente é considerada pelas demais como irritável e nervosa. Amiúde se caracteriza por ser suspicaz, invejosa, temerosa, irritável, instável e introvertida. Ou, ao contrário, pode ser tida como demasiado agradável ou dominante. Por exemplo, a risada forçada de uma pessoa insegura é diferente da franca e espontânea de quem possui confiança no aprêço que os demais por ele sentem.

O inseguro tem o desejo veemente de ser aparcado por outros. O sentimento de desamparo quase sempre acarreta a ponderação excessiva da potencialidade dos demais. Esta superestimativa dos valores alheios provoca agressividade na pessoa e fá-la combativa em suas relações com eles. Sofre de um marcante sentimento de superioridade e valor, porque raciocina: “Se sou superior a todos, estarei livre dos perigos existentes no mundo. Valerei alguma coisa aos meus olhos e aos olhos do mundo. Sim, também chegarei a ser amado.” O inseguro primeiramente se sente ameaçado e depois se esforça por alcançar superioridade e valor. Depois experimenta nova ameaça, que é potencialmente mais intensa que a primeira, porque supõe que alguém pretende frustrar-lhe os planos e prejudicar os êxitos. Portanto, redobra os esforços, e assim o sentimento de insegurança leva-o a

um círculo vicioso, cujo resultado é uma infelicidade extrema.

As pessoas emocionalmente inseguras realizam esforços constantes para defender-se. Provavelmente por essa causa são egoístas e exigentes em seu comportamento. O egoísmo sempre é uma compensação da falta de amor e estima próprios. O presumido não é orgulhoso, é inseguro. Os que sofrem dêste desequilíbrio emocional têm a tendência de apegar-se a qualquer coisa posta ao seu alcance, a fim de contar com um apoio maior. Nada temem tanto quanto perder a segurança ou a estima dos demais. Nenhum sofrimento é tão intenso quanto o que experimentam quando se sentem repudiados. Tais pessoas demonstram júbilo quase desenfreado ao receber o menor elogio ou ao alcançar uma vitória secundária. Mas a crítica mais leve leva-os aos desespero.

A obrigação básica de um homem para consigo mesmo é a de custodiar a integridade. “Proteger o rosto”, é uma divisa oriental bem conhecida, e quando perdem a integridade, muitos orientais recorrem ao suicídio. Ninguém que haja perdido a própria estima pode viver com felicidade. Quem não pense bem de seu vizinho e não o respeite não poderá amá-lo. O amor aos demais é o resultado natural da boa vontade para consigo próprio; quem não sente amor a si mesmo não pode amar a outros. Quem despreza e odeia a si próprio observará a mesma atitude para com quem lhe está próximo.

Um dos maiores crimes que podem cometer os seres humanos é roubar a outrem a segurança e o respeito próprios. Ao perder-se isso, tudo está perdido. Se tem estima própria, a pessoa pode suportar provações e privações, mas se a perde, experimentará fracasso completo e abandonará a luta pelo êxito.

A pessoa insegura sente necessidade profunda de ser amada, que se traduz por um sentimento definido de não ser querida dos demais. Durante a lactância, os infantes experimentam a primeira satisfação de ser amados. Desfrutam dêsse prazer que constitui o começo de sua experiência do amor. As crianças que não receberam suficiente amor e compreensão, adoecerão de falta de estima própria. Ao sentir-nos amados experimentamos a sensação de que valemos alguma coisa. Em caso contrário, nos consideramos inúteis.

Quem tem uma justa estima própria é universalmente admirado e invejado por outros; tais pessoas muito amiúde são queridas. O inseguro não

pode prodigalizar amor e, portanto, não recebe amor.

Para que uma amizade seja proveitosa, as duas pessoas devem ser capazes de infundir-se mútua segurança. O espôso que não seja capaz de conseguir que sua companheira se sinta amada e segura, tampouco receberá dela estas satisfações. A esposa que repreende e amesquinhe constantemente o marido, destruir-lhe-á tôda a capacidade de dedicar-lhe amor e aprêço. Então o espôso se queixará de não receber amor nem compreensão; mas raramente reconhece que a incapacidade da outra parte, de amar e compreender, tem sua origem em que elle ou ela minaram no cônjuge a estima própria. Se a esposa não corresponde com amor, é porque perdeu o sentimento de seu próprio valor; e o mesmo sucede com o marido.

As crianças castigadas e repreendidas constantemente, ficam incapacitadas de manifestar aos pais o amor que éstes anelam; a criança deve sentir-se segura de si, antes de manifestar amor aos demais. Ao estar alguém destituído do respeito próprio, deve realizar todos os esforços para recuperá-lo, porque não é possível prodigalizar a outrem o que se não possui.

Certo ministro se queixava de que lhe não manifestavam a honra, o amor e o respeito que merecia como pastor ordenado. Entretanto, os membros de sua igreja se queixavam, por sua parte, de que o pastor continuamente os repreendia por não serem o que deveriam ser. Vulnerava elle o espírito de segurança própria de sua congregação, e elles, por sua vez, eram incapazes de manifestar-lhe amor e aprêço. Ninguém pode querer outra pessoa, quando esta ameaça o senso do valor e do respeito próprios.

Dois esposos fizeram o pacto de que quando um deles sofresse um dissabor, o outro deveria culpar-se. Não é mau este plano. É possível que a pessoa não consiga satisfazer as necessidades de segurança e estima própria que outra deve ter, a tal ponto que provoque a infelicidade e o infortúnio de ambas. Nos casos de infelicidade conjugal, raramente cabe tôda a culpa a uma das partes. Duas pessoas podem amar-se e, contudo, surgirão entre elas desavenças. Ao fracassar um casal, ambos devem admitir a incapacidade de proporcionar-se mutuamente o amor e a estima própria necessários. Se um é amado e compreendido, não irá em busca de simpatia e compreensão por meios ilícitos. É possível encontrar exceções ocasionais a esta regra geral, mas são raras.

Exemplos há de marcante anormalidade no desenvolvimento mental ou emocional de uma das partes, de modo que a outra deve assumir a maioria das responsabilidades. Devido à sua insegurança geral, algumas pessoas se sentem impossibilitadas de aceitar amor, embora lhes seja oferecido. O inseguro é o pior inimigo de si mesmo; exclui-se precisamente das coisas de que mais necessita. Duas pessoas podem enganar-se mutuamente por um período de tempo tão longo, e criar-se uma situação tão incerta que logo se lhes torne impossível evitar de forma alguma o abismo. Tais resultados sempre são desanimadores. Nas relações humanas há um limite que se não pode traspassar sem destruir tôdas as possibilidades de felicidade e reconciliação entre os indivíduos.

Amor e temor são processos antagônicos. A pes-

soa que está em estado de temor e insegurança não pode amar. A insegurança produz separação, ao passo que o amor tende a afastar o medo. O amor atrai e une as pessoas, estreitando os laços de sua amizade; o temor provoca entre elas a separação e o isolamento.

O ódio é a resposta dada por quem não recebe carinho e compreensão; e esse é o motivo de as pessoas que possuem a capacidade de suprir as necessidades mútuas, se odiarem com tanto encarniçamento quando malogra o seu amor. Se alguém não espera satisfações dos demais, não é provável que os odeie, se não as recebe. Portanto, diríamos que enquanto duas pessoas se odeiam, isso é sinal de que ainda esperam alguma satisfação mútua de suas necessidades básicas. Quando não se mantém esta esperança por muito tempo, logo desaparece a reação que se manifestara pelo ódio, e a outra parte é considerada meramente uma pessoa qualquer.

Por conseguinte, o ódio se revela como um anseio veemente de amor. Isto significa que unicamente se pode odiar a quem possua capacidade potencial para amar. Provavelmente uma pessoa não odiaria outra se não se preocupasse suficientemente para sentir-se por ela ameaçada, e esta "preocupação suficiente" pode converter-se facilmente na emoção oposta ao ódio. Por esta razão sabemos às vêzes de inimigos encarniçados que ajustam suas divergências e se tornam os melhores amigos. O abismo que separa do ódio o amor é estreito, e com frequência pode ser transposto em qualquer sentido.

O ódio é empregado muitas vêzes para dissimular um amor demasiado perigoso. Por exemplo, pode ser que uma pessoa se sinta atraída por outra e surja entre ambas um amor profundo; mas podem existir barreiras externas que impeçam a manifestação desse amor. Um método que pode reprimir esse sentimento é o cultivo da emoção oposta — o ódio — que serve para encobrir os verdadeiros sentimentos. Isso explica que, com frequência, o amor não correspondido se converte em ódio encarniçado. O amor não correspondido fica em suspenso; e desde o momento em que não recebe retribuição satisfatória, torna-se em sentimento intenso de aversão.

Os que têm atuado como conselheiros conjugais poderão testificar de que os ódios mais encarniçados provêm dos que se amaram no passado. Assisti a uma sessão de tribunal em que um casal unido durante vinte anos tratava de formular declarações relacionadas com o trâmite de desquite. Não é provável que exista outra situação em que um ódio mais intenso sature o ambiente. Em certas ocasiões, a atmosfera se carrega tanto que seria, por assim dizer, até possível cortá-la com uma faca. Pessoas que anteriormente supriam mutuamente suas necessidades básicas de amor, passam, em sua insegurança, a queixar-se de que foram ludibriadas.

As pessoas inseguras que perdem a estima própria não podem nem receber amor, porque se sentem incapazes de amar. As dúbidas quanto à própria capacidade de amar em determinada situação, tendem a abranger outros campos. Quem sofre uma desilusão amorosa, talvez não por culpa sua, tratará, como consequência de seu infortúnio, de afastar-se inteiramente de todos os seus amigos. Silas Marner chegou a ser avaro por motivo

da maldadada ocasião em que foi falsamente acusado de ladrão.

Amiúde as pessoas inseguras evitam amar por temerem não ser correspondidas. Beatriz encontra-se com Frederico, a quem ama, mas decide não mais vê-lo. Teme que se se enamorar profundamente dele não será correspondida. Beatriz viveu insegura de suas próprias relações tanto com a mãe como com o pai, e duvida agora da sinceridade e da estabilidade de qualquer amizade. Tais pessoas não podem manter amizades íntimas por temor de mostrar-se tais como são e expor as deficiências que crêem devam manter ocultas. Portanto, as pessoas inseguras evitam amar, pelo temor de sofrerem detrimento na experiência. Os que assim procedem já foram feridos no passado e essa dolorosa lembrança os induz a evitar uma possível repetição de decepções chocantes.

Quem se sente seguro e amado observa conduta tranqüila e natural. Os adolescentes mostram-se inquietos, nervosos e tensos, por sentirem-se inseguros. Quem está confiante em si e nos demais, não encontra dificuldade alguma para sacudir o péso da tensão. O amor ajuda-o a alcançar a paz mental e a vencer o sentimento de que possa ser repellido. A capacidade de poder realizar alguma coisa e a de poder viver, são duas armas ou ferramentas importantes para triunfar sobre o mundo externo e a êle adaptar-se. O amor liberta-nos da afrontosa dependência de outros, e da sensibilidade perante a crítica, a burla e o desprezo. O amor é uma excelente proteção contra a ameaça de solidão e isolamento. Os maiores prazeres experimenta-os quem está seguro e é capaz de dar e receber amor. O amor é a própria essência da vida. O desassossego a incerteza e o temor, são produtos da insegurança e da falta de amor. Em última instância, o amor é o único antídoto contra o ódio.

Os neuróticos precisam amar-se a si mesmos para sarar. Um conselheiro sensato aproveitará tôdas as oportunidades para formação de uma personalidade equilibrada, a fim de conseguir que a pessoa sinta maior respeito próprio e encontre mais prazer no que faz. O respeito próprio é o único fundamento sobre que pode ajustar-se em boa forma a personalidade. Quando um enfêrmo emocional encontra segurança em uma amizade pessoal, e ousa aventurar-se por seus próprios meios, e entrega-se aos demais, encontra o caminho para a recuperação da saúde.

Uma senhora cuja vida matrimonial estava próxima do fracasso, solicitou de um conselheiro em assuntos conjugais que falasse com o seu espôso. "Quero que lhe fale sem rodeios. Repreenda-o e diga-lhe que não conseguirá nada com tratar a espôsa e os filhos na forma em que o faz. Diga-lhe que é desprezível e mau. Se o senhor se mostrar severo, êle raciocinará a regressará ao lar, emendando o seu procedimento."

Ao falar o conselheiro com o espôso, que a êle recorreu espontaneamente em busca de auxílio, encontrou-se com um homem que perdera todo o respeito próprio, por culpa de uma espôsa rezingona e rabugenta. Ela jamais poderia imaginar que suas rabugices impossibilitavam êsse homem de portar-se bem. No esforço de reaver a estima perdida, buscou êle novas relações que lhe permitiram atuar normalmente. Ouvira e fôra-lhe repetido com insistência, que todos o odiavam e

que ninguém nêle confiava. Buscou com desespero essas novas relações que lhe infundiram segurança. Ao contar êsse homem à espôsa que o conselheiro não o repreendera, ela se pôs furiosa. Voltou ela ao consultório do médico e o tratou de homem sem energia e de duas caras.

Dificilmente reconhecera ela que a maior causa de sua desgraça conjugal era o seu própria procedimento desatinado com o espôso. Só via a má conduta dele, mas não conseguia estabelecer a causa motivante. Um conselheiro sensato trata de sopitar os impulsos hostis, manifestando bondade e buscando conseguir que os sentimentos de amor aflorem através do ânimo alterado. O conselheiro trata de ajudar as pessoas a alcançarem a maturidade que favoreça a recuperação dos sentimentos de segurança necessários para a reabilitação da personalidade ameaçada. O conselheiro sábio nunca toma partido numa contenda. Só se interessa em auxiliar as pessoas para que aprendam a valorizar-se, e lhes devota a amizade por cujo meio o paciente pode restaurar seus sentimentos de segurança e respeito próprios.

O amor é a base da segurança e da estabilidade emocionais, quer se trate de um adulto, quer de criança. Ninguém poderá chegar a amar excessivamente ou demasiado bem. Os caracteres mais excelentes são os que foram formados numa atmosfera de amor. Todos nós aprendemos melhor quando estimulados pelo elogio e o amor, do que *pela* censura ou a indiferença.

A pessoa insegura teme empreender alguma coisa; sua realização tem o desenvolvimento tolhido por faltar-lhe a fé em si própria. Tratará ela de restringir seu campo de ação, e empregará mais tempo em buscar evitar a derrota do que em esforçar-se por alcançar o êxito. Dará a impressão de duvidar, de estar parada numa encruzilhada ou de abandonar a luta perante as dificuldades. Não é a falta de talento o que tão amiúde leva ao fracasso, mas sim o senso de inferioridade, de efeitos tão decisivos.

Um justo sentimento de segurança faz que sintamos confiança nos demais, e em nós mesmos. A insegurança engendra enfermidade e insatisfação.

A BÍBLIA NO MUNDO

DURANTE a semana que precedeu à Páscoa, a Sociedade Bíblica da Bélgica empreendeu uma campanha de publicidade da Bíblia. Em Bruxelas, cem táxis colocaram ao lado da capota do motor, duas flâmulas pintadas de amarelo, branco e preto, com os seguintes dizeres: "A Bíblia, o Livro da Esperança". Ao mesmo tempo foram espalhados cartazes, não só na Capital como em outras cidades da Bélgica.

★

EM outubro próximo, será aberta durante uma semana, uma exposição especial da Bíblia no "Palácio das Belas Artes", grande centro de exposições de arte de Bruxelas. Para o encerramento dessa exposição, está sendo organizada uma cerimônia pública com a colaboração de tôdas as igrejas evangélicas locais, comemorando o 500º aniversário da Bíblia de Gutenberg.

A Cronologia de Esdras 7 -- v

S. H. HORN e L. H. WOOD

(Professores do Seminário Teológico Adventista)

Calendários Judeus Posteriores ao Cativo

O REINO de Judá cessou com a destruição de Jerusalém e o cativeiro de seus habitantes. Muitas instituições tradicionais, como o calendário de outono a outono, tiveram que ser abandonadas transitória e temporariamente. Isso fez presumir, se bem que sem certeza, que os judeus na Mesopotâmia adotaram o calendário babilônio. Não obstante, existe a certeza de que adotaram os nomes dos meses babilônios, os quais, a partir de então, foram usados exclusivamente na literatura bíblica e extrabíblica.

Depois do repatriamento dos judeus, foi necessário passar algum tempo sem que as inovações introduzidas, como a adoção do calendário babilônio, fossem abandonadas em favor dos costumes antigos e venerados. Portanto, não deveria assombrar o achado de provas que testificam da existência desse calendário, quer durante o cativeiro, quer imediatamente depois dele.

O Calendário de Ezequiel

Os dados cronológicos encontrados no livro de Ezequiel não são bastante claros para que se emita julgamento concludente acerca de que calendário empregou o profeta exilado na Babilônia. O período do exílio, que começou com o cativeiro do rei Joaquim (Ezeq. 1:2), pode haver sido determinado por qualquer dos métodos seguintes: a) um calendário de primavera a primavera; b) um calendário que registava os anos pelos aniversários do dia em que o rei se rendeu, em princípios do verão de 597 A. C.; c) um calendário de outono a outono que houvesse começado antes de os cativos chegarem a Babilônia, no outono de 597 A. C. Cada um desses três sistemas poderia satisfazer os diferentes dados registrados neste livro, em relação com os de Jeremias e II Reis, como se depreende de um estudo cuidadoso. (1)

Os Calendários de Ageu e Zacarias

Crê-se, geralmente, que o profeta Ageu, que apresentou as suas mensagens nos dias de Zorobabel, poucos anos depois do fim do cativeiro, haja utilizado o calendário babilônio de primavera a primavera. Isto se deduz do fato de que nos escritos de Ageu, o 6º. mês do 2º. ano de Dario (Cap. 1:1 e 15) precede aos meses 7º. e 9º. do mesmo ano de Dario (Cap. 2:1 e 10). (2)

Para o tipo de calendário adotado por Zacarias, contemporâneo de Ageu, as provas contidas em seu livro não são concludentes. Exceto uma data do 4º. ano do reinado de Dario I (Cap. 7:1), registam-se unicamente outras duas datas de acontecimentos ocorridos nesse mesmo ano civil. Ambos os meses mencionados nessas datas, o 8º e o 11º. do 2º. ano de Dario I, caem entre Tishri e Nisã (Cap. 1:1 e 7), de modo que não se pode elucidar se Zacarias utilizou um ano civil que começasse no outono

ou na primavera. Entretanto, pôsto que Ageu e ele trabalharam em colaboração (Esd. 5:1), geralmente se deduz que ambos hajam empregado o mesmo calendário.

O Calendário de Ester

Os dados cronológicos do livro de Ester não bastam para estabelecer a natureza do calendário hebraico, que deixam a impressão de que as datas consignadas tenham como base o calendário babilônio de primavera a primavera. (3) Isto não causa estranheza, já que os dados registrados se referem a negócios oficiais dos persas.

Os Calendários de Esdras e Neemias

Nas memórias de Neemias aparecem novamente provas claras sobre o calendário judaico. No cap. 1:1, está escrito que recebeu más notícias acerca das condições reinantes em Jerusalém, "no mês de Quisleu, no ano vigésimo". Com base nessas notícias passou vários dias chorando, jejuando e orando (v. 4). Neemias pediu ao rei que o enviasse como governador "no mês de Nisã, no ano vigésimo do rei Artaxerxes." (Cap. 2:1.) Mostram estes passos, claramente, que para Neemias, Quisleu (9º. mês) precede a Nisã (primeiro mês) no ano 20º. do reinado de Artaxerxes. Vários eruditos têm considerado esse fato como prova suficiente da existência do calendário de primavera a primavera; (4) mas outros afirmam que nesses dados existe um erro de transcrição. (5) Se os judeus tinham somente um ano de primavera a primavera, torna-se incompreensível que hajam copiado os passos de Neemias sem trocá-los para o seu sistema de cômputo do tempo, ou sem notar que haviam cometido erros. Também é inexplicável que não se tenham perguntado por que Neemias, nos dois primeiros capítulos, faz figurar o mês Quisleu antes de Nisã, durante o mesmo ano do reinado do rei persa, se começavam o seu ano com Nisã, e todos sabiam que esse era o primeiro mês.

Os tradutores da Versão dos Setenta, que corrigiram numerosos textos bíblicos, nos lugares em que encontraram incoerências ou que necessitavam de esclarecimento, traduziram com toda a exatidão o passo de que nos ocupamos, tal como está no hebraico, e foi-nos transmitido sem alteração, tanto no texto hebraico quanto no grego.

Estas observações nos levam inevitavelmente à conclusão de que no tempo de Neemias os judeus haviam voltado ao uso do seu antigo ano civil, de outono a outono, tal como existira muitos séculos antes do cativeiro. Neemias chegou a Judá quando o sentimento nacionalista dos judeus estava exaltado. Com o afrontoso cativeiro, a pequena nação experimentou um renascimento, reedificou o templo, restaurou os cultos religiosos e recebeu autorização para

restabelecer o sistema judicial, sob a direção de Esdras. Este notável ressurgimento dos judeus dirigiu poderosamente sua atenção para os valores nacionais. Assim é que os costumes estrangeiros foram abandonados, tal como sucedeu com as línguas, e provavelmente também com o calendário babilônio. Os nomes dos meses haviam-se arraigados tanto em seus costumes, que foram mantidos.

Na Bíblia hebraica os livros de Esdras e Neemias eram considerados um único volume, até o ano 1448, A. D. Nesse ano foi introduzida em um manuscrito hebraico a divisão que conhecemos atualmente. Nas traduções gregas encontra-se esta divisão desde o tempo de Orígenes (século III), e nas traduções latinas, desde a Vulgata de Jerônimo (século V). (6) Disso se deduz que o livro de Esdras-Neemias teve um mesmo compilador, que recapitulou os fatos históricos do tempo de Zorobabel e os acrescentou às memórias de Esdras e Neemias, formando um único livro. Isto dá lugar a concluir que se na seção do livro que contém as memórias de Neemias se estabelece a existência de um ano de outono a outono, ter-se-ia aplicado o mesmo sistema de calendário na seção correspondente a Esdras, seu contemporâneo.

Resumo das Provas Bíblicas

O estudo das datas anteriores e posteriores ao exílio apresentado em artigos anteriores e no presente, mostra que desde a época de Salomão, se reconhece o emprêgo quase constante do calendário de outono a outono. Se bem que os dados fornecidos pela Bíblia sejam escassos nesse ponto, pode demonstrar-se que esse calendário foi empregado no tempo de Salomão, durante todo o reinado de Judá, com clara evidência no reinado de Josias, e depois do cativo, ao tempo de Neemias. A prova de alguns livros bíblicos é ambígua, mas no caso de Ageu, por exemplo, tem-se pensado em geral que emprega o calendário babilônio de primavera a primavera, o qual provavelmente foi adotado durante o exílio, e aparentemente não substituído pelo antigo e venerado calendário de outono a outono, senão alguns anos mais tarde.

Pode ser de utilidade registrar os nomes dos meses hebraicos, tal como foram empregados depois do cativo, e o tempo aproximado de seu comêço, em termos do calendário Juliano. Não há exagêro em realçar que os nomes dos meses do ano civil e do ano religioso são os mesmos, e que êsses nomes foram conservados em ambos os sistemas de cômputo, como o mostra o esquema respectivo. (Ver a figura 1)

Prova Extrabíblica em Favor do Cômputo Judaico

Que os judeus do século V empregaram seu próprio sistema, de outono a outono, para computar o tempo do reinado dos reis persas, fica confirmado não somente por Neemias, e mais tarde tradicionalmente pelo Talmud, (8) mas também pela evidência arqueológica dos bem conhecidos papiros arameus da ilha Elefantina.

Esta é uma ilha do rio Nilo, situada no Alto Egito, na província de Assuã, defronte da cidade do mesmo nome. Durante a última parte do século XIX e a primeira do presente, foram descobertos nessa ilha rolos de papiro, alguns dos quais foram divulgados só recentemente.

A primeira série de papiros foi comprada a uns nativos, há cerca de uns cinquenta anos, e publicada em 1906. (9) Mais tarde, foram descobertos numerosíssimos documentos semelhantes, em uma busca organizada pelo Museu de Berlin. (10) Foram publicados em 1911. (11) Recentemente saiu à luz outro grupo de papiros procedentes do mesmo lugar. Apareceram entre os pertences pessoais do Sr. Carlos Edwin Wilbour, no Museu de Brooklyn. Haviam sido comprados em Elefantina, em 1893, mas permaneceram esquecidos durante meio século em um dos baús do Sr. Wilbour, antes de serem redescobertos. (12) São êles da maior importância, já que duplicam o número de papiros disponíveis até agora para a reconstituição do calendário judaico.

Todos êsses documentos, datados e sem data, que hoje excedem de uma centena, estão escritos em língua aramaica, idioma oficial do império persa. (13) Procedem de uma colônia judaica da ilha de Elefantina. Os documentos datados do século V. A. C., e as provas internas assinalam que o restante dos papiros também datam do mesmo século. (14)

Esses documentos revelam que os judeus de Elefantina formavam uma guarnição dessa fortaleza do limite sul do Egito, e que estavam ali algum tempo antes de Cambises conquistar o país e convertê-lo em colônia persa. (15) Revelam, também, a espécie de religião politeísta que êsses judeus praticavam no Egito. Religião muito semelhante à encontrada por Jeremias, quando ali chegou depois da destruição de Jerusalém, no século VI A. C. (16) Como fonte de informação contemporânea sobre Esdras e Neemias, êstes documentos são de valor inestimável, como informativos da história econômica, religiosa e secular da colônia judaica do século V A. C., no sul do Egito. Além disso constituem importantíssima fonte de material para o estudo do calendário em uso entre êles durante esse século. Visto serem considerados, no apêndice, todos os papiros datados, basta aqui um resumo dos pontos mais importantes.

Papiros que Têm uma só Data

Quatro dos papiros datados (AP 17, 26, 30 e 31) contêm somente uma data, expressa em meses babilônios. Os persas e os judeus, depois do cativo, empregaram os nomes dos meses babilônios. Mas visto que êsses documentos estão dirigidos a funcionários persas, ou por êles escritos, ficaria confirmada a suposição de que todas as datas são persas e que nesses quatro documentos é empregado o método persa de computar o tempo.

Grande número dêles só tem a data egípcia. (17) A cronologia dêsses papiros não cria problema algum, já que as datas egípcias dêsse período sempre têm seu equivalente exato no calendário juliano, segundo foi explicado ao tratar do calendário egípcio. Somente a significação incerta de alguns documentos, e as dúvidas acêrca dos reis a que dão lugar outros, tornam impossível finalizar a cronologia dos papiros que têm unicamente a data egípcia.

Papiros Datados em Dois Calendários

Vinte e dois dos papiros têm data dupla. (18) Visto que os papiros foram escritos sendo o Egito província persa, estão datados segundo o reinado dos reis persas. Nêles figuram, po-

ANO RELIGIOSO (Começava na primavera)		Começo do mês judaico correspondente ao Calendário Juliano	ANO CIVIL (Começava no outono)	
Número do mês	Nome do mês		Número do mês	Nome do mês
1	Nisan	Março-Abril		
2	Yyar	Abril-Maio		
3	Sivan	Maio-Junho		
4	Tammuz	Junho-Julho		
5	Abh	Julho-Agôsto		
6	Elul	Agôsto-Setembro	7	Tishri
7	Tishri	Setembro-Outubro	8	Marcheshvan
8	Marcheshvan	Outubro-Novembro	9	Kislev
9	Kislev	Novembro-Dezembro	10	Thebeth
10	Thebeth	Dezembro-Janeiro	11	Shebhath
11	Shebhath	Janeiro-Fevereiro	12	Adar
12	Adar	Fevereiro-Março	1	Nisan
		Março-Abril	2	Yyar
		Abril-Maio	3	Sivan
		Maio-Junho	4	Tammuz
		Junho-Julho	5	Abh
		Julho-Agôsto	6	Elul
		Agôsto-Setembro		

Nos anos bissextos era acrescentado um mês Adar II (em hebraico Ve-adar, entre Adar e Nisan. (7))

FIGURA 1

rém, o mês e o dia de acôrdo com o calendário lunar, semítico, e o solar, egípcio. Isto nos permite transpor as datas semíticas para o seu equivalente da era antes de Cristo, porque é conhecido o dia do ano novo egípcio correspondente a cada ano persa. (19) A linha que contém a data está muito mal conservada em alguns dêles, e os erros de transcrição são manifestos em outros, o que os torna testemunhos ineficazes. Não obstante, dispõe-se de catorze papiros para reconstruir o calendário empregado pelos judeus de Elefantina no século V A. C. O primeiro dêsses papiros com data dupla (AP 5) leva a seguinte expressão: "No dia 18 de Elul (em um calendário que empregava os nomes babilônios dos meses), que é o dia 28 de Pachons (em calendário egípcio), ano 15 do rei Xerxes."

Cômputo dos Anos Régios, Diverso do Sistema Persa

Dois dos papiros antes mencionados (AP 25 e 28) mostram claramente como se tornou complicado harmonizar as datas na parte do ano em que os dois anos civis não coincidiam. As datas registradas em ambos contêm dois anos régios. Ambos foram escritos durante o reinado de Dario II, quando o ano civil egípcio começou cerca de quatro meses antes que o persa. Por exemplo: O papiro AP 28 foi um dos datados duplamente, escrito em fevereiro do ano 410 A. C., na última parte do ano 13 de Dario II, de acôrdo com o calendário persa de primavera a primavera. Mas no Egito, com o novo ano civil, já havia começado outro ano régio, em Tot 1, no mês de dezembro anterior. Daí que a data do papiro, estampada em conformidade com ambos os calendários, cite ambos os anos régios, o 13 e 14 para a mesma data. (20) Isto será melhor compreendido com o auxílio da figura 2.

O papiro diz: "No dia 24 de Shebat, ano 13, que é o dia 9 de Atyr, ano 14 do rei Da-

rio". (21) A primeira data, que poderia pertencer tanto ao calendário persa como ao judaico, contém o mês babilônio Shebat, e o ano régio 13, sendo um menos que o ano 14 colocado em seguida ao mês egípcio Atyr. A data de 9 de Atyr (3º mês do calendário civil egípcio) caiu no mês de fevereiro durante a maior parte do século V A. C. (22) Isso era cerca de um mês antes do começo do ano civil persa, que nunca começava antes de fins de março. Este papiro estabelece que o ano 14 do reinado de Dario II foi computado no Egito quatro e meio meses antes que na Pérsia. Durante êsse período, desde o dia de ano novo egípcio, Nisã 1 (16 de abril de 410 A. C.), os egípcios datariam um acontecimento no ano 14 do rei, embora os persas ainda o datassem no ano régio 13º.

É evidente que sob a administração persa os egípcios não foram obrigados a adotar o sistema cronológico de seus dominadores. Permittiu-se-lhes empregar o calendário nacional no sistema legal. Os dois papiros mencionados indicam que empregavam o calendário solar tanto quanto o seu próprio sistema de computar os anos régios persas, conquanto essa prática suscitasse divergências entre o cômputo dos anos egípcios e o empregado pelos persas.

Além disso, parece que no Egito, a data egípcia era exigida extraordinariamente em assuntos legais, pôsto que todos os papiros que contêm documentos legais levam somente a data egípcia, ou duas datas, das quais uma sempre é egípcia. Disso deduzimos que em todos os documentos legais era exigida a data egípcia. Por outra parte, pode notar-se que na maioria dos papiros duplamente datados (18 contra 2) que mencionam um único ano, o ano correspondente ao reinado persa segue imediatamente ao mês da data egípcia.

Que o ano é registrado de acôrdo com o sistema egípcio, e não segundo o cômputo persa, pode ser estabelecido em vários casos, demonstrativos de que as datas duplas concordam sô-

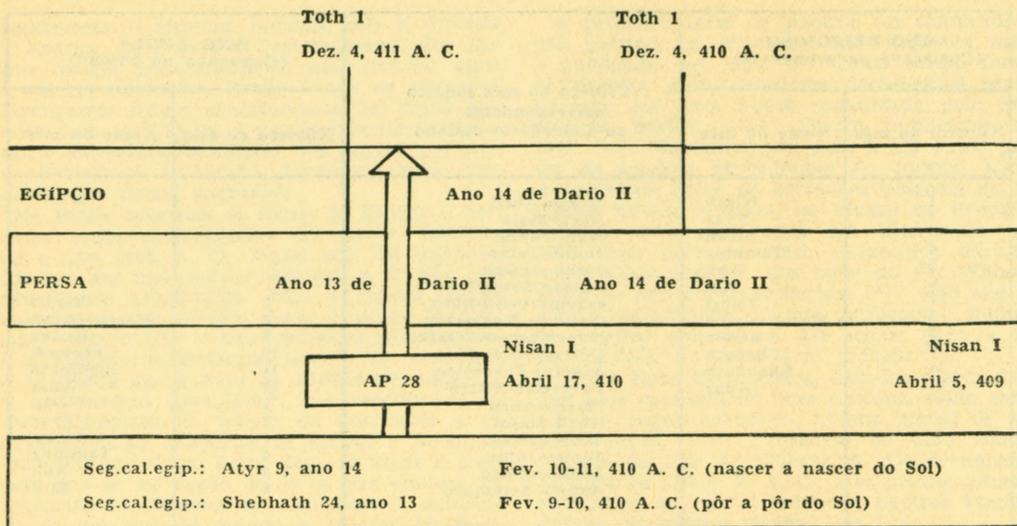


FIGURA 2

mente se o ano indicado é empregado para assinalar o sistema egípcio de computar os anos régios dos persas. Por exemplo: O papiro Kraeling sincroniza o dia 20 de Adar com 8 de Choiak, no 3º. ano de Artaxerxes II. Ambas as datas coincidiram no dia 9 de março do ano 402 A. C., que era 8 de Choiak, no 3º. ano de Artaxerxes II, segundo o cómputo egípcio, e 20 de Adar, do 2º. ano do mesmo rei, de acôrdo com o cómputo persa. Um ano depois, quando, segundo a cronologia persa, 20 de Adar, do 3º. ano de Artaxerxes II, correspondeu a 28 de março do 401 A. C., não foi possível sincronizar as datas, já que nesse ano, 8 de Choiak correspondeu a 8 de março. Isto confirma claramente que o sistema egípcio de computar os anos régios, foi empregado geralmente nos papiros que registravam um único ano régio.

Em Algumas Ocasões Era Omitido o Segundo Ano Régio

Nos papiros AP 25 e 28 os escribas foram minuciosos e registraram o ano de ambos os reinados, como ficou explicado anteriormente. Esta prática tê-la-iam eles seguido quando a parte do ano implicava em divergência entre ambos os calendários. Dir-se-ia, porém, não haverem considerado fazê-lo sempre, visto que todos sabiam que o ano régio egípcio superava em um ano o ano persa, no período que caía entre 1º. de Tot e o seguinte ano novo persa, que começava na primavera, ou no ano novo judaico seguinte, que ocorria no outono. (23)

A divergência entre dois documentos, AP 25 e AP 10, mostra claramente que o escriba do primeiro tinha o hábito de registrar o ano régio segundo ambos os sistemas; mas o outro não o fez. Se bem que escritos em anos diferentes, ambos os papiros estão datados nos mesmos meses: Quisleú e Tot, mas somente AP 25 esclarece que 3 de Quisleú correspondia ao ano 8º., e 12 de Tot ao 9º. de Dario II. O outro, AP 10, declara unicamente que 7 de Quisleú correspondia a 4 de Tot, no ano 9 de Artaxerxes I. Se fôsse tão específico quanto o papiro AP 25, teria aclarado que 7 de Quisleú, no ano 8º. correspondia a 4 de Tot, no ano 9º. de Ar-

taxerxes. Assim, a ausência do segundo ano não significa que o ano especificado seja o mesmo em ambos os calendários.

Calendário não Determinado pelo Nome dos Meses

Visto que, segundo parece, o emprêgo das datas egípcias era requisito legal nesses documentos, a adição de uma data correspondente ao calendário lunar, evidentemente seria facultativa, e permitida para conveniências dos colonos judeus, a quem se referiam as transações legais constantes desses documentos. Nesse caso, podemos supor que essas datas seriam judaicas e não persas. A circunstância de que eram empregados os nomes babilônios dos meses, não prova que o calendário usado fôsse persa, pois que tanto os judeus posteriores ao exílio quanto os persas, empregavam os meses babilônios.

O calendário judaico discrepava levemente do babilônio (24); variava só em um dia. Além disso, parece que os judeus não adotaram o método babilônio de intercalar ocasionalmente o mês de Elul. Aparentemente só empregaram o segundo Adar precedendo a Nisá, porque o uso do segundo Elul teria alongado o intervalo entre as grandes festas judaicas do 1º. e 7º. meses de seu calendário religioso. Não obstante, a exatidão desta consideração, compartilhada por numerosos eruditos, ainda não pode provar-se conclusivamente, já que dos 38 meses embolismaes do calendário babilônio do século V A. C., só foi possível confirmar 16, pelo estudo dos ladrilhos cuneiformes existentes. (25)

Evidências em Favor do Calendário de Outono a Outono

A evidência para o fato de que os judeus do Alto Egito, tanto quanto Neemias na Palestina, computavam os anos régios persas de acôrdo com seu calendário civil de outono a outono, foi encontrada recentemente, quando os papiros do Museu de Brooklin foram acessíveis. Antes, os dois papiros já mencionados (AP 25

e 28), cada um dos quais tem a data expressa em dois anos régios, eram a única prova de que os judeus empregavam dois sistemas de computar os anos dos reinados persas. Esses papiros não esclareciam o assunto, porque o sistema não egípcio forçosamente devia ser o persa ou o judaico, porque ambos os documentos datam de um período do ano; o intervalo entre 1º. de Tishri e 1º. de Nisá, em que os anos régios, segundo os sistemas persa e judaico, eram os mesmos. Só o que concordasse com um tipo de ano e excluísse o outro poderia resolver o problema.

O papiro que proporciona a prova da existência do calendário de outono a outono entre os judeus de Elefantina, é o *Kraeling 6*. Este importante documento, escrito durante os primeiros anos do reinado de Dario, contém os seguintes dados: "No dia 8 de Pharmuti, que é o dia 8 de Tammuz, ano 3º. do rei Dario." Excetuando só outro documento (*Kraeling 1*), é esse o único cujos dados possuem a particularidade de apresentar a data egípcia em primeiro lugar, e a seguir a data que emprega os meses babilônios, seguida do ano régio de Dario II. Os demais papiros de data dupla apresentam o mês egípcio em segundo lugar, seguido do ano régio. O incomum procedimento empregado no *Kraeling 6*, é aparentemente o motivo pelo qual os escribas, em lugar de dar o ano régio egípcio usado correntemente para o de Dario II, acrescentam ao dia e mês judaicos o ano correspondente ao cómputo judaico, como demonstrará a análise seguinte.

Antes de demonstrar como este papiro se enquadra no sistema do calendário judaico de outono a outono, estabeleceremos, mediante a ajuda da figura 3, os diversos sistemas empregados para computar os anos régios de Dario II.

A morte de Artaxerxes I e a coroação de seu filho, Dario II, teriam ocorrido em fevereiro de 423 A. C., em vista de que o último ladrilho conhecido datado durante o reinado de Artaxerxes I e o primeiro de Dario II, foram escritos em fevereiro de 423 A. C. (26) Dêste modo, o ano da coroação de Dario durou até ao seguinte dia de ano novo, 1º. de Nisá, que corresponde a 11 de abril de 423 A. C., segundo o calendário babilônio empregado pelos persas.

Entretanto, no calendário civil egípcio, começara outro ano em 1º. de Tot anterior, que correspondia a 7 de dezembro de 424 A. C. O ano que se inicia nessa data é o 325º. da era de Nabonassar, registado no Cãnon de Ptolomeu como o último do reinado de Dario II. Visto que os egípcios não podiam saber antecipadamente a data da morte de Artaxerxes I, dataram todos os documentos posteriores a 7 de dezembro de 424 A. C., com o ano régio 42º. de Artaxerxes I, até receberem notícias da ascensão de Dario II ao trono; a partir desse dia, dataram-nos com o ano 1º. de Dario. (27) Se em lugar disso o houvessem chamado ano da coroação, então o primeiro ano egípcio teria começado em dezembro de 423, nove meses mais tarde que o correspondente primeiro mês persa. Entretanto, as datas com duplo ano nos papiros AP 25 e 28, procedentes do mesmo reinado, provam que o ano egípcio começava antes que o persa.

Contudo, se os judeus empregavam o calendário civil de outono a outono, computavam o ano ascensional de Dario entre fevereiro de 423 A. C., e o dia de seu seguinte ano novo, 1º. de Tishri, que correspondia a 4 de outubro de

423, A. C. A figura 3 mostra gráficamente vários sistemas empregados no tempo de Dario, em relação com o calendário Juliano.

Então, como se enquadrava na cogitação o papiro *Kraeling 6*? Foi ele datado no terceiro ano de Dario II, no dia 8 do mês egípcio Pharmuti, que nesse ano correspondia a 8 de Thammuz (mês persa ou judaico) e começava cerca de meados do verão. A figura 3 mostra que o terceiro ano de Dario II em ambos os calendários, persa e egípcio, incluía o verão de 421 A. C.; mas pelo sistema judaico de computar, esse ano terceiro não começou antes do outono de 421, incluindo, entretanto, o outono do ano 420. Podemos apreciar, por conseguinte, que se este papiro foi escrito no verão de 421, poderia haver sido datado no ano 3, em concordância com os calendários persa e egípcio. Mas, se foi escrito no ano 420, o ano terceiro de Dario poderia considerar-se somente de acordo com o calendário judaico e, conseqüentemente, necessitamos precisar em qual dos dois verões, os dias 8 de Pharmuti e 8 de Thammuz coincidiram no mesmo dia.

Em 421 A. C., 8 de Pharmuti correspondia a 11/12 de julho, e 8 de Thammuz, a 22/24 de julho; vê-se claramente que nesse ano não coincidem. Mas em 420, Pharmuti cai novamente em 11/12 de julho (do nascer ao nascer do Sol), ao passo que 8 de Thammuz, por sua vez, cai em 11/12 de julho (de ocaço a ocaço do Sol). Conseqüentemente, depreende-se que este documento foi escrito em 420 A. C., e, portanto, que o escrivão empregava o calendário judaico de outono a outono.

Em relação com isto mencionaremos um papiro mais, o *Kraeling 7*, já que também cumpre as condições estabelecidas anteriormente. Foi ele escrito três meses depois do documento recém-estudado, isto é, "no mês de Tishri, que é Ephiphi, do ano 4 de Dario." Depois de 1º. de Tishri, dia de ano novo judaico, os três sistemas cronológicos, persa, egípcio e judaico, coincidiram durante vários meses, como pode apreciar-se na figura 3. Portanto, o ano mencionado no papiro é o mesmo 4º. ano (em Tishri que coincide aproximadamente com Ephiphi em 420 A. C.) segundo os três sistemas mencionados anteriormente.

Este documento lança luz adicional sobre o *Kraeling 6* e está em conformidade com as conclusões nele inferidas. Não obstante, o papiro *Kraeling 6* é prova extrabíblica importante: 1) para a existência do calendário de outono a outono entre os judeus de Elefantina, no século V A. C.; e 2) para confirmar que os judeus computavam os anos régios dos persas segundo este sistema de cómputo, de modo idêntico ao que fizera Neemias alguns anos antes (Nec. 1:1; 2:1). Os eruditos que não crêem na existência de semelhante sistema de computar os anos régios, nem no calendário judaico de outono a outono dessa época, declararão que o escriba do papiro *Kraeling 6* cometeu um erro de datas. Em forma semelhante consideraram errôneos os passos de Neemias porque esses versículos não concordam com a teoria de que os judeus de então tenham adotado o calendário babilônio de primavera a primavera. Em lugar de considerar errados esses passos de Neemias e o papiro de Elefantina, seria mais razoável ver em cada um deles provas avulsas que uma à outra se complementariam. Ambos os documentos procedem da mesma época — um deles existe em sua forma original — e foram escritos por pessoas pertencentes a mes-

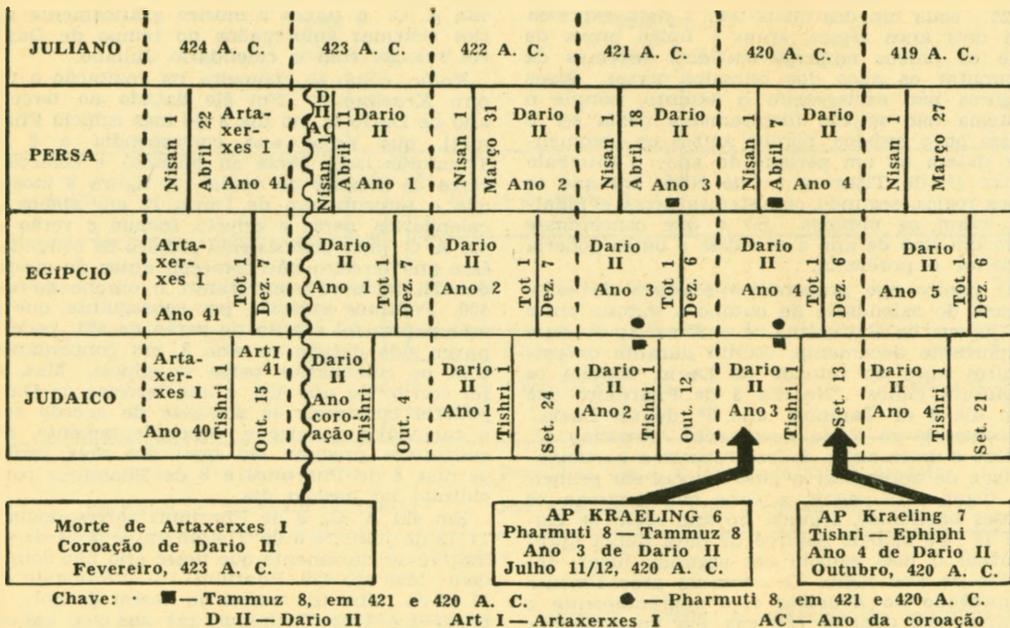


FIGURA 3

mo grupo religioso. Conseqüentemente, seu poderoso testemunho unido, sobrepujará a teoria que pretende ver erros em suas datas.

Conclusão

O resultado obtido de tão amplo estudo dos papiros de Elefantina, pode ser resumido nos cinco pontos seguintes:

1) Os egípcios não computavam o ano da coroação, mas começavam a computar o primeiro ano de Dario II no dia 1º de Tot, que precedia ao primeiro ano régio persa, com início em 1º de Nisá. Assim, cada ano régio egípcio precedia em vários meses ao correspondente ano persa. (AP 25 e 28.)

2) Os judeus não foram obrigados a empregar o calendário persa para computar os anos do reinado dos reis persas, mas usaram seu próprio sistema.

3) A ausência de dois anos régios em documentos precedentes do período do ano em que não havia concordância entre os calendários, não prova que essas divergências fossem desconhecidas. (AP 10.)

4) Os meses seguintes à morte de um rei, até ao próximo dia de ano novo judeu, eram considerados ano da coroação do novo rei. (Kraeling 6, AP 25 a 28.)

5) Os judeus empregavam um calendário civil de outono a outono, fixando o dia 1º de Tishri como dia de ano novo. (Kraeling 6.)

(1) O caso que serve de prova é Ezeq. 24:1 e 2, onde se declara que Ezequiel teve uma visão no mesmo dia em que começou o cerco de Jerusalém. A data fornecida é o dia 10 do décimo mês do ano 9º. pela qual o ano do cativo de Joaquim deve ser dado de acordo com Ezeq. 1:2 e 40:1. Mediante o sincronismo das datas bíblicas babilônicas, algumas delas astronômicas, pode determinar-se que o último ano do reinado de Joaquim foi 598/7 A. C. Seu filho Joaquim foi levado cativo depois de seu reinado de apenas três meses

(II Reis 24:8, 14-16). Foi levado para Babilônia por Nabucodonozor, que entrara em campanha "no decurso de um ano" (II Crôn. 36:10), na primavera de 597 A. C.; por isto é provável que o cativo de Joaquim haja começado próximo do fim da primavera ou em princípios do verão. Se Ezequiel começou a contar os anos de seu cativo na primavera, a data da visão anterior cairia no mesmo dia constante de II Reis 25:1 e Jer. 52:4, que seria a verdadeira data do começo do cerco de Jerusalém. Produzir-se-ia o mesmo sincronismo se o profeta datou a visão segundo os anos de aniversário, começando o período de seu cativo em algum tempo entre a primavera e o outono de 597 A. C., ou se começou a contar os anos do exílio depois de sua chegada no outono de 597 A. C. Só no caso de o seu período haver começado antes do outono anterior, quando Joaquim ainda reinava, haveria discrepância entre Ezeq. 24:1 e 2, e II Reis 25:1.

(2) A base desta dedução, é a seguinte: O primeiro convite de Ageu aos dirigentes foi no dia 1º do 6º. mês do 2º. ano de Dario. (Ageu 1:1). O motivo das calamidades que sobrevieram aos judeus foi a sua má vontade para edificar o templo, ao passo que construíam suas próprias casas. No primeiro discurso foi apregoado um convite para ir às montanhas e recolher a madeira necessária para os andaimes e trabalhos semelhantes, pôsto que os bosques da Judéia não a produziam apropriada para construções. Já tinham boa madeira do Líbano, conseguida em gestões anteriores. (Ver Esdras 3:7.) No dia 24 do mesmo mês foi decidido atender ao convite do profeta. (Ageu 1:15.)

O segundo discurso de Ageu foi pronunciado no dia 20 do 7º. mês do mesmo ano 2º. de Dario (Cap. 2:1), este era um dos últimos dias da festa dos Tabernáculos, quando havia muita gente reunida em Jerusalém. As palavras do profeta não foram de censura nem de reprovação, mas de animação e de belas promessas acerca da grandiosa glória que investiria esse segundo templo. Depois de concluída a obra preliminar, foi pôsto novo fundamento, dois meses depois, no dia 24 do 9º. mês (vs. 10 e 18), e Ageu falou nesse dia duas vezes. Os comentaristas aceitam unânimeamente a seqüência das atividades de Ageu, tal como está aqui resumido, até ao capítulo 2:9, que inclui seus dois primeiros discursos. Foram dadas várias explicações concernentes à data do 3º. e 4º. discursos, os

quais não interessam neste estudo, já que não afetam a suposição geralmente aceita de que Ageu haja utilizado um calendário de primavera a primavera.

(3) Ester 3:7 fala de Amã que lançou sortes para fixar a data mais conveniente para destruir os judeus, começando com o "primeiro mês, que é o mês de Nisã, no ano duodécimo do rei Assuero, que é o mês de Adar." Já que este texto registra as atividades de um funcionário persa, naturalmente se refere a um calendário de primavera a primavera, como o que empregam os persas. Ao ser ditada a contra-ordem de Mardoqueu era "o mês terceiro, (que é Sivã)" (Ester 8:9), permitindo aos judeus defender-se quando fossem atacados no "duodécimo mês, que é o mês de Adar" (v. 12), provavelmente se trata do mesmo ano e sistema de calendário, isto é, o persa, embora não se tenha comprovado. Pôsto que Mardoqueu era funcionário persa e o edito foi expedido como documento oficial, deve ter contido somente datas calculadas de acordo com o calendário persa. Daí que os dados fornecidos pelo livro de Ester não proporcionem nenhuma prova referente à natureza do calendário que usavam os judeus a esse tempo.

(4) Consultar Keil sobre estes versículos, também Judas Slotki, em *Soncino Books of the Bible: Ezra, Nehemiah and Ester*. Outros como Adeney, em *The Expositor's Bible and Rawlinson, em Commentary ... by Bishops and other Clergy*, afirmam não tratar-se de um ano de primavera a primavera, se bem que supunham um ano "asiático" de outono a outono, ou um cômputo dos reinados por seus aniversários.

(5) Rudolf Kittel, em *Geschichte des Volkes Israels*, Vol. III, pág. 616, pensa que as palavras "no ano vigésimo", de Nee. 1:1, foram trasladadas erroneamente do capítulo 2:1. Gustavo Hölscher, em *Die Heilige Schrift des Alten Testaments*, Vol. II, pág. 525, considera essas palavras mais como um comentário ou uma prova de que os anos régios de Artaxerxes eram computados por seus aniversários.

(6) Roberto H. Pfeiffer, *Introduction to the Old Testament*, pág. 813; Slotki, *Opus cit.* *Introduction to Ezra*, pág. 107.

(7) Visto que a lei mosaica exigia o oferecimento de uma medida de cevada um dia depois do sábado da Páscoa (Lev. 23:10-15), esta festa deve ter sido celebrada no tempo da colheita da cevada, o que na Palestina se efetuava geralmente em abril. Isto era conseguido pela inserção de um mês especial ao final do ano religioso, um segundo Adar, entre os meses Adar e Nisã. A festa da Páscoa, celebrada na metade do mês Nisã, teria chegado demasiado cedo sem a inserção de um mês especial cada dois ou três anos.

Alguns eruditos pensam que os antigos judeus, depois do cativeiro, intercalavam um mês, tal como os babilônios, especialmente inserindo algumas vezes um segundo Elul, e outras, um segundo Adar. (Martin Sprengling, *Chronological Notes from the Aramaic Papyri*.) Entretanto, os eruditos judeus têm afirmado que o segundo Elul nunca era empregado pelos judeus, já que a inserção de outro mês entre os meses 6º. (Elul) e 7º. (Tishri) haveria alongado o intervalo entre as grandes festas judaicas, festas que caíam no 1º. e 7º. meses do calendário religioso. (D. Sidersky, *Le Calendrier Sémitique des Papyri Araméens d'Assouan, Journal Asiatique*, série 10, Vol. XVI, 1910, págs. 587-592.)

(8) De acordo com as explicações de Rosh Hashanah 1.1, dadas pelos rabinos, o dia 1º. de Tishri é o dia de ano novo para os reis estrangeiros. Ver *Mishnah*, em *Rosh Hashanah*, 1.1. (tradução de H. Danby, pág. 188). Ver, também, *Gemara*, em *Rosh Hashanah* 1.1. *Babylonian Tamud*, *Rosh Hashanah*, pág. 3a, 3b, 8a. (tradução de Isidoro Epstein, págs. 7 e 30).

(9) A. H. Sayce e A. C. Cowley, em *Aramaic Papyri Discovered at Assuan*.

(10) W. Honroth, O Rubensohn e F. Zucker, em *Bericht über die Ausgrabungen auf Elephantine in den Jahren 1906-1908, Zeitschrift für Aegyptische Sprache*, 46 (1909-1910), págs. 14-61.

(11) Eduard Sachau, em *Aramaische Papyrus und Ostraka aus einer jüdischen Militär-Kolonie zu Elephantine*.

(12) Emil G. Kraeling, em *New Light on the Elephantine Colony, The Biblical Archaeologist*, 15 (1952), págs. 54-56, 58-60. Todos os papíros de Elephantina conhecidos até 1923 foram publicados por A. E. Cowley, em *Aramaic Papyri of the Fifth Century B. C.* As anotações referentes a esses papíros foram extraídas destes livros, salvo indicação contrária, e será empregada a abreviatura AP 1, 2, etc. O grupo de papíros descoberto recentemente no Museu de Brooklin foi editado por Emil G. Kraeling, publicado pelo Museu, em 1953, sob o título de *The Brooklin Museum Aramaic Papyri* (2 volumes). As referências a estes novos papíros são indicadas com *Kraeling* 1, 2, etc.

(13) Raymond A. Bowman, em *Arameans, Aramaic and the Bible, JNES*, 7 (1948), pág. 90.

(14) Cowley, *Opus cit.*, pág. XIV.

(15) Kraeling, em *New Light on the Elephantine Colony*, pág. 54; Cowley, *Opus cit.*, pág. XVI.

(16) Cowley, *Opus cit.*, págs. XVIII, XIX; ver Jer. 44.

(17) AP 1, 2, 7, 22, 29, 35, 43; *Kraeling* 11, 12 e 13.

(18) AP 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 20, 25, 28; *Kraeling* 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 14.

(19) Ver a nota, do Apêndice. As datas desses papíros duplamente datados, são estudadas pormenorizadamente no Apêndice.

(20) Pode parecer estranho para o leitor moderno que um mesmo acontecimento haja sido datado com dois anos diferentes, mas este procedimento era comum mesmo na América colonial, antes que a Inglaterra adotasse o calendário Gregoriano, em 1752. Nesse tempo os ingleses, com seu calendário de "uso antigo" (Juliano) tinham uma diferença de onze dias com o calendário de "novo uso" (Gregoriano) nos países da Europa ocidental. Além disso, desde o dia 1º. de janeiro até 24 de março, o ano dos documentos britânicos era um menos que o correspondente ao calendário Gregoriano, ou então apareciam escritos na forma seguinte: 1721/2, etc. Esta diferença de um ano não tinha relação alguma com a correção dos onze dias, mas resultava do costume medieval, mantido pelos britânicos, de começar o ano em 25 de março, no dia da Anunciação, quase três meses depois de 1º. de janeiro original. Por exemplo, Jorge Washington nasceu 20 anos antes que os ingleses adotassem o calendário Gregoriano. Assim, no registro do seu nascimento, anotado na Bíblia da família, consta: "11 de fevereiro de 1731/2". (Facsimile do frontispício do livro *George Washington*, Vol. I, de Douglas Southall Freeman.) O dia 11 de fevereiro, segundo o uso antigo, o novo uso converteu, mais tarde, em 22 de fevereiro. O ano 1724 ainda corria até 24 de março, embora nos países que empregavam o calendário Gregoriano já houvesse começado em 1º. de janeiro.

(21) Cowley, *Opus cit.*, pág. 104.

(22) O dia 9 de Atyr correspondia ao dia 69º. do calendário civil egípcio e caiu no dia 9 de março dos anos 500, 499 e 498. Caiu um dia antes durante os 4 anos seguintes, e cada ano continuou diminuindo em um, até coincidir com 7 de fevereiro, no ano 400.

(23) Ver a figura 2. Esta seqüência era verdadeira pelo menos desde Xerxes até Artaxerxes II, e provavelmente também o foi para outros reis de cujos reinados possuímos dados contemporâneos.

(24) Em muitos casos não é encontrada consonância entre os documentos com dupla data, como mostra Parker, em seu estudo, a menos que seja admitido que os judeus do exílio não adotaram o calendário babilônio em sua totalidade. Em sua análise de 7 papíros com dupla data foi encontrado que os dias se correspondiam em um único caso, porque foram aplicadas datas do calendário babilônio (Parker em *Persian and Egyptian Chronology, AJSJL*, 58 (1941), págs. 288-292.

(25) Parker e Dubberstein, *Opus cit.*, págs. 6, 7 e 29-32; H. H. Figulla, *Ur Excavations Texts, IV; Business Documents of the New Babylonian Period*, pág. 6.

(26) Parker e Dubberstein, *Opus cit.*, págs. 15 e 16.

(27) O papíro AP 6 fornece um exemplo similar deste sistema de cômputo, visto mencionar o ano 21º (ano da morte) de Xerxes em relação com a coroação de Artaxerxes I.

O Chamado de Deus—Estais Convictos?

CARLYLE B. HAYNES

Takoma Park, Maryland

(Nota da Redação:—E. D. Dick, presidente do Seminário Teológico, recentemente solicitou ao pastor Haynes que desse aos estudantes do seminário e faculdade os benefícios de sua experiência e observações de um período de cinquenta anos no ministério. O que se segue é a mais importante parte de sua primeira preleção.)

PESSOA alguma que seja vivaz e atenta, e que possua faculdade de observação pode empenhar-se ativamente neste ministério por cinquenta anos, sem estar arrimada às mais positivas e pronunciadas convicções referentes a muitas coisas relacionadas com a obra de Deus. Eu possuo tais convicções.

Primeiro, desejo fazer algumas observações com respeito ao que é primário, fundamental, no ministério cristão: o divino chamado para esta sagrada obra. Minha opinião é apoiada, creio, pelos ensinamentos da Sagrada Escritura, de que homem algum deva tomar este ofício por si mesmo, que ninguém deve procurar empenhar-se nesta sagrada obra sem o senso da convicção de que está divinamente chamado para fazê-la.

É da magna importância que se assente de início, que uma pessoa deve saber se foi chamada por Deus para pregar Sua Palavra. Para entrar-se neste aprisco, como no caso da igreja, há uma "porta", bem como "algumas outras maneiras." Uma pessoa pode entrar para este ministério, e muitos o têm feito, como resultado de cálculo puramente pessoal e secular. Pode assumir o ministério da mesma maneira que abraçaria qualquer profissão, escolhendo-o de preferência à advocacia, medicina, magistério, as ciências ou contadoria, ou como um meio de ganhar a vida ou para evadir-se, temporariamente, ao serviço militar. Pode não estar consciente de "um chamado". Faz sua própria decisão. Chama-se a si mesmo. Mas "Deus não está em todos os seus pensamentos." (Citação de Salmo 10:4, segundo o texto inglês.)

Repito que tenho convicção profunda de que antes que uma pessoa ouse entrar no ministério cristão para fazer disso a carreira de sua vida, deve estar certa de que foi escolhida e está sendo imperiosamente constrangida pelo eterno Deus. O chamado do Eterno deve ecoar pelos escaninhos de sua alma até que todos os outros sons emudeçam. Sua escolha do ministério não é uma preferência entre alternativas. Não há alternativas. Todas as outras escolhas se tornam impossíveis.

Esta questão tem de ser estabelecida logo no início da atividade de qualquer pessoa no ministério. De outra forma estará votada ao fracasso, ao desespero mesmo. Se não houver senso do divino chamado, nem certeza de que foi levado para o ministério pelo próprio Deus, a ausência desta convicção minar-lhe-á o senso da responsabilidade e tenderá a secularizar-lhe o ministério, do princípio ao fim.

Sem o senso da divina vocação, ficará sem arrimo quando os dias de crise e provas vierem. Esses

dias chegam para todo ministro servo de Deus, tenha ele sido verdadeiramente chamado ou não. Se o foi, ele o sabe, e está preparado para passar por essas duras experiências sem ir ao fracasso; se não foi chamado, e sabe que não o foi, não possui esse preparo, e é provável que naufrague na fé.

Aos antigos sacerdotes, Deus disse: "Eu vos tenho dado o vosso sacerdócio em dádiva ministerial, e o estranho que se chegar morrerá." (Núm. 18:7.)

Aos homens que presumem tomar sobre si o ofício sagrado sem o divino chamado, o Senhor declarou: "Não mandei os profetas, e todavia eles foram correndo; não lhes falei a eles, e todavia eles profetizaram." (Jer. 23:21.)

"Eu sou contra os que profetizam sonhos mentirosos, e fazem errar o Meu povo com as suas mentiras e com as suas leviandades; pois Eu não os enviei, nem lhes dei ordem." (Jer. 23:32.)

Vários Meios de Chamar Homens

Não tenho o propósito de insinuar o pensamento—pois não o creio—de que toda pessoa chamada por Deus para pregar deve sê-lo idênticamente, da mesma maneira. Isto não é verdade. Não há, sem dúvida alguma, no relato das Escrituras, duas pessoas que, chamadas por Deus, o foram de maneira similar. As circunstâncias que as cercavam eram inteiramente diversas. Parece claro que pela singularidade de cada chamado aos homens o Senhor deseja honrar a individualidade humana. Largamente variados são os cenários em que a divina voz determina a vocação dos servos de Deus, tal como o registam as Escrituras.

Como ilustração das várias maneiras que Deus usa para chamar os homens ao Seu serviço, notai estes três exemplos: Amós, Isaias e Jeremias. Quanto diferentemente enviou Deus Seu chamado a cada um deles!

Amós, um pobre boieiro, afastado do alto nível das atividades governamentais de sua nação, excluído dos círculos sociais que controlavam as atividades civis. Não obstante, Amós meditava profundamente e solitariamente nos distantes e minguados pastos de Técoa. Rumores de coisas negras nas altas camadas do reino chegaram até ele. Ele ouviu da apavorante corrupção, grandes riquezas, esbanjamentos, luxo, insensibilidade, injustiças, e de que a verdade andava "tropeçando pelas ruas." Estas coisas o preocuparam. Meditando nisto o pobre pastor e cultivador de sicômoros, "acendeu-se um fogo." Então, daquelas solitárias ruínas ele ouviu um misterioso chamado, um aceno de mão. Assim relata mais tarde sua experiência a Amazias, o sacerdote que mandou que ele se retirasse: "Eu não era profeta, nem filho de profeta, mas boieiro, e cultivador de sicômoros. Mas o Senhor me tirou de após o gado, e o Senhor me disse: Vai, e

profetiza." (Amós 7:14.) Para Amós não houve alternativa.

Inteiramente diferentes são as circunstâncias e o cenário relacionados com o chamado de Deus a Isaías. Era ele um amigo de reis, íntimo dos círculos da corte, com acesso livre aos palácios. Considerai o meio em que o divino chamado souou para ele: "No ano em que morreu o rei Uzias, eu vi... o Senhor." (Isa. 6:1.) Isaías conhecia Uzias. Ele havia firmado suas esperanças no rei. Agora a forte coluna caíra. Uzias morrerá. O trono estava vazio. Mas nesse trono vazio Isaías descobriu Jeová. A coluna humana havia caído; o pilar do universo permanecia. "No ano em que morreu o rei Uzias eu vi... o Senhor." Embora Isaías lamentasse a queda do rei, levantou os olhos e viu um Rei maior que Uzias, e atendeu ao Seu chamado para o serviço: "A quem enviarei, e quem há de ir por nós?" (V. 8.)

Um homem caído; outro procurado. Este chamado tocou o coração e a consciência de Isaías. Num instante encontrara ele sua vocação e seu destino. Imediatamente conheceu sua obra, e sem hesitação respondeu: "Eis-me aqui, envia-me a mim."

Uma vez mais, diferentes, inteiramente diversas as circunstâncias e o cenário do chamado a Jeremias. Um jovem, que apenas começava a enfrentar a vida, com muitas incertezas, num tempo ainda mais incerto, com extensos presságios para o futuro, com todo o seu mundo em grande tumulto, repentinamente ouve a voz de Deus dizer-lhe: "Antes que te formasse no ventre te conheci, e antes que saíesses da madre, te santifiquei; às nações te dei por profeta." (Jer. 1:5.) Não houve então incerteza, mas um claro chamado, grandemente temido, e relutantemente aceito.

Assim, cada chamado de Deus tem sua própria particularidade. Não há dois iguais. Não estou contendo por similitude de métodos, mas pela certeza de que o chamado provém de Deus. Em todos, se genuínos, há o senso da divina origem, uma solene comunicação da divina vontade, um misterioso senso de comissão, um forte sentimento de compulsão, que, conjuntamente, deixam o homem sem nenhuma alternativa, mas movimentam-no no caminho de sua vocação, com a convicção de que é um instrumento e um embaixador do eterno Deus.

Uma Mudança na Prática

Permiti-me que vos apresente aqui o fato de que tem havido uma significativa mudança em nossa prática de ordenar homens durante o meio século em que tenho estado nesta obra. Se essa mudança tem sido para melhor ou para pior, se representa progresso ou retrocesso, deixo ao vosso julgamento.

O fato é que quando um obreiro devia ser ordenado entre nós, era-lhe curial que o fôsse para um exclusivo propósito: *pregar a Palavra de Deus*. Não lhe ocorria a ele empenhar-se ou continuar a empenhar-se em outra ocupação. Hoje, parece que ordenamos pessoas e isto para conferir-lhes honra por se terem demonstrado hábeis tesoureiros, educadores, superintendentes, médicos, administradores comerciais, gerentes de Casas Publicadoras, líderes de departamentos, etc. Muito pouco se inquire, se alguma inquirição é feita, quanto a haver

sido chamado ou não para pregar a Palavra. Espera-se que continue empenhado na contabilidade, na administração de negócios, na gerência de instituições, no departamento da educação. Ninguém espera que seja pregador e publicamente proclame o evangelho aos perdidos. Mas isto era o que a ordenação representava, cinqüenta anos atrás.

Quando Cristo chamava homens Ele o fazia para um propósito definido. Esse propósito era pregar publicamente o evangelho da graça de Deus, e proclamar as grandes verdades da salvação humana. "E nomeou doze para que estivessem com Ele e os mandasse a pregar." (S. Mar. 3:14.) Este é nosso primeiro e único chamado. Considerai estas enfáticas palavras: "Pregai!" E outra vez: "Pregai!" "Proclamai!" "Ao sairdes, pregai!"

Assegurai-vos de vosso chamado, meus irmãos mais jovens. Então podereis sair com destemor. Enfrentareis muitos perigos, sofrereis muita hostilidade, mas se sabeis que fostes chamados por Deus, nenhum perigo vos deterá, nenhuma tentação de riqueza, ou de honrarias, ou de profissão ou de fama vos seduzirá nem desviará desta grande e santa obra.

A BÍBLIA NO MUNDO

Os únicos países do mundo que até ao presente se têm conservado inacessíveis à divulgação das Escrituras Sagradas são Tibé, Afeganistão, Baluquistão e partes da Arábia.

* * *

Em apenas três das línguas faladas na Índia existem Bíblias com referências. Porém, já existe um plano para o preparo e publicação de Bíblias com referências em dez outras línguas das mais faladas no subcontinente. Também serão publicados, em quinze dessas línguas, os Evangelhos ilustrados.

* * *

20.000 foi o total de exemplares do Novo Testamento com Salmos fornecidos, em 1954, aos alunos matriculados e diplomados nos colégios cristãos e instituições educacionais da Índia. A Sociedade Bíblica espera, mais tarde, poder estender esse trabalho aos estudantes das escolas do Estado. Só na Índia, existem trinta universidades e 800 instituições de arte ou ciências, com o total de meio milhão de estudantes.

* * *

Na Feira de Milão, onde foram exibidos os mais modernos aperfeiçoamentos no setor da indústria e da agricultura em todo o mundo, o "stand" da Bíblia teve lugar destacado. O visitante deparava com Bíblias abertas, nos idiomas mais conhecidos e mais falados no mundo. A maior parte das Bíblias foi cedida pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Foram expostas edições completas da Bíblia, não só das versões protestantes como das edições oficiais católicas, romanas. A edição italiana da Bíblia protestante despertou interesse especial, bem como a tradução de Diodati, do século XVI, e as versões modernas publicadas na Itália e na Suíça.

A maioria dos visitantes eram italianos católicos, que não podiam dissimular seu interesse pelas versões protestantes.



E VANGELISMO

Pregação Persuasiva

J. L. SHULER

(Yucaipa, Califórnia, EE. UU.)

A PREGAÇÃO persuasiva envolve dois pontos principais: instrução no sentido da verdade; persuasão para crer a verdade e a ela obedecer. O objetivo do sermão é informar o intelecto, e influenciar a vontade em prol da verdade divina. A pregação deve ser avaliada de acôrdo com o que instrui e estimula os ouvintes. Nada existe no púlpito mais necessário do que a pregação que seja construtiva e feita de maneira tal que os ouvintes sejam instruídos e estimulados em favor de Deus.

Pregar é a ciência da persuasão nas coisas divinas. Instrui com o propósito de estimular, ou conseguir a crença e a ação. Nossa comissão de pregar, recebida do Ministro-chefe e Pregador-máximo é ensinar e fazer discípulos (S. Mat. 28:18-20). O conceito de Jesus quanto à pregação girava em tôrno do propósito todo-importante da instrução para o fim de promover a obediência.

Os professores de homilética têm formulado definições várias do que seja pregar, mas nenhuma conheço mais adaptada nem apropriada do que esta: Pregar é "a comunicação falada da verdade divina visando à persuasão." — T. Harwood Pattison, *The Making of the Sermon*, pág. 3. O segundo dos maiores pregadores de todos os tempos definiu em três palavras o propósito da pregação: "Persuadimos os homens" (II Cor. 5:11). A pregação pode ser considerada êxito ou fracasso segundo a extensão em que persuade. Se a persuasão é o ponto divisório entre o êxito e o fracasso, certamente cada pregador deve dedicar estudo especial à ciência da persuasão.

O objetivo de todo sermão deve ser êsse mesmo: instruir e estimular. Deve o pregador, planejar, orar e pregar de forma que seus ouvintes sejam compelidos a elevadas decisões em favor de Deus — os convertidos a fazerem mais por Cristo; os inconversos, a aceitarem o Salvador. Acertado andou o Dr. Jorge Campbell, ao dizer: "Reconheço que tôda a pregação, quer direta quer indiretamente, visa à persuasão." — *Systematic Theology and Pulpit Eloquence*, pág. 197.

Mais do que quaisquer outros ministros, precisam os pastôres adventistas do sétimo dia estudar a ciência da persuasão. É possível que tenham a tarefa de persuadir as pessoas a fazer dez vezes mais do que qualquer outro ministro o faz. Precisam persuadi-las a santificar um dia diferente, a comer e a beber diversamente, a vestir-se de maneira diferente, a relacionarem-se diversamente para com os prazeres, as diversões, os contatos pessoais

com os mundanos, e a crer diferentemente acêrca da natureza e destino do homem e do mundo. Disse alguém: "Se quiserdes contrair inimizades, buscai modificar alguma coisa." A tarefa de fazer adventistas do sétimo dia por meio de nossas pregações, estudos bíblicos e trabalho pessoal requer a aplicação, ao máximo possível, da ciência da persuasão.

Nosso alvo, como o foi o de Paulo, é "por todos os meios chegar a salvar alguns" (I Cor. 9:22). Por isso precisamos usar em nosso auxílio todos os meios precisamos usar em nosso auxílio divinos como humanos. Em auxílio dêste problema da persuasão, precisamos recorrer aos meios divinamente destinados, tais como o Espírito Santo, a Palavra, o amor de Deus, a cruz e a oração, combinados com o uso dos princípios da atuação do cérebro humano, por cujo meio a mente e o coração dos ouvintes são levados a fazer decisões em favor de Deus. Todo fator, por cujo meio as pessoas possam ser levadas a atender ao apêlo de Deus precisa ser usado para contribuir com sua parte para o mais elevado e santo propósito de conseguir decisões.

Se os pregadores adventistas analisarem o conteúdo dos sermões em relação com os fatores da persuasão, muitos se capacitarão de que sua base de persuasão é anticientífica e inadequada. As mais das vezes, a pregação adventista é orientada pela seguinte fórmula: A citação de passos bíblicos comprobatórios ou a apresentação de argumentos, produzirá na mente dos ouvintes a compreensão e apreensão da verdade, e o resultante conhecimento da verdade leva-los-á a agir em conformidade com a verdade. Essa não é, porém, uma base apropriada para a pregação persuasiva.

Reduzida à expressão mais simples, essa fórmula equivale a: *sabemos — agimos*. Mas isso não está inteiramente em conformidade com a maneira em que atua a natureza humana. Possivelmente, cada pessoa é convencida pela lógica e pelo raciocínio, de uma quantidade de pontos em que não passa à ação. O homem tanto é um ser emocional quanto uma criatura que raciocina. As pessoas são estimuladas por seus impulsos psicológicos ou por seus motivos básicos de atuação, mais do que meramente pelo raciocínio. De fato, as emoções parecem disparar adiante do raciocínio quando a vontade se transforma em decisão e ação. Esta condição foi apropriadamente chamada: "O avanço do sentimento e o atraso do pensamento."

O verdadeiro alicerce sôbre que o pregador tem de construir, para alcançar a persuasão é: a *decisão*

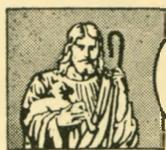
e a ação surgem da ação recíproca do pensamento e emoções do ouvinte. O mais sábio dos homens reconhece isto, quando diz: "Como imaginou na sua alma, assim é." O que o homem é, e o que faz, são o resultado acumulado do seu pensamento e emoções. Daí estar assente que a pregação persuasiva que estimula as pessoas à ação tem que ser um entrelaçamento hábil de provas lógicas com o apêlo ao coração, ou apêlo motriz, que produz essa ação recíproca de raciocínio e emoção e, por sua vez, produz decisão e ação esclarecidas. Reduzida à sua expressão mais simples, essa fórmula é: *Sabemos — sentimos — agimos.*

Equivale isto a que o pregador tem de falar ao mesmo tempo para a cabeça e o coração, e a única maneira em que pode fazer isto é pela mescla hábil, no mesmo discurso, dos fatôres doutrinários e práticos. Semelhante mescla desperta

as emoções do ouvinte, ao convencer-lhe o cérebro e guiar a razão, de forma que a sua vontade é estimulada ou aliciada para a proposição do pregador.

Por meio de um apêlo emocional não nos referimos à mera apresentação de histórias com o fito de fazer o ouvinte rir ou chorar. Referimo-nos, porém, a apelos aos motivos que controlam o comportamento humano: apelos que tocam as tendências universais do homem para a ação; apelos motrizes que levam a vontade a agir em prol da verdade.

A pregação persuasiva é a verdade avigorada da verdadeira significação emocional. É uma mescla sutil de lógica e apêlo motriz que, por motivo do intelecto convencido e dos sentimentos despertados, leva o ouvinte à convicção impelente e ao desejo propulsor de lançar-se à ação.



OBRA PASTORAL

Obra, Vocação e Responsabilidade Pastorais — III

R. R. BIETZ

(Presidente da Associação do Sul da Califórnia, EE. UU.)

O PROBLEMA da saúde deveria ser de primordial importância para cada obreiro. Devemos ser homens e mulheres de saúde vigorosa, e não débeis nem enfermiços, com pouca ou nenhuma força.

"Para prosseguir com esta árdua e magna obra, é necessário que os ministros de Cristo tenham saúde física. Para a consecução dêste fim, devem eles adquirir hábitos regulares e adotar sistema saudável de vida." — *Testimonies*, Vol. IV, pág. 264.

Para estar são deve o homem não somente *comer* bem, mas também *trabalhar* bem, *repousar* bem e *pensar* bem. Parece haver muitos propugnadores da reforma pró-saúde que ficam em meio do caminho. Muitos há que pretendem ter em umas poucas pílulas o remédio para tôdas as enfermidades físicas. Muitos dêsses ativos vendedores que pouco entendem acêrca do corpo e de suas funções, estão pregando com o fervor de um evangelista. Dizem eles que nossas moléstias causadas pela indigestão, sangue impuro, artrite e outras enfermidades, podem ser curadas com os produtos de sua exclusividade. O motivo para que os vendedores de pílulas se possam dar boa vida é que sabem fazer boa propaganda e o público se deixa enganar com facilidade.

Não creio que o problema da alimentação possa ser remediado com comer feijão soja, iogurte, misturas de mel e melado, ou ingerindo pílulas vitaminadas de tôda a gama do alfabeto. Pessoalmente, me agrada o iogurte, e o feijão soja faz parte de minha alimentação. Mas, de qualquer modo creio que devemos reconhecer que o problema da saúde é muito mais amplo do que uma chávena de chá de ervas ou uma pílula vitamínica. Suponho que cada obreiro e sua esposa terão chegado a acôrdo no

que tange ao assunto da nutrição. Com a ajuda de um médico cristão que conheça alguma coisa acêrca da nutrição e da medicina preventiva, cada qual pode traçar um plano para satisfazer suas necessidades individuais. Tanto o alimento quanto o repouso, o trabalho e o exercício, devem ser equilibrados e bem distribuídos. O livro *A Ciência do Bom Viver* apresenta a verdadeira filosofia de uma vida sã. Há nêle mais e melhores instruções sôbre a generalidade dos problemas relacionados com uma vida sã, do que em qualquer dos livros já impressos ou por imprimir. Devemos estudar mais diligentemente êsse livro.

"Uma pessoa não pode ditar uma estrita regra para outra. Cada um deve exercer discernimento e domínio, agindo por princípio." — *Idem*, pág. 266.

"Os que entendem as leis da saúde e são governados por princípios, fugirão dos extremos, tanto da condescendência como da restrição." — *Idem*, págs. 273 e 274.

Os obreiros que comem alimentos equilibrados, que fazem o exercício necessário, que têm o repouso adequado, que não se preocupam desnecessariamente, que possuem dose abundante do otimismo, que fazem o seu trabalho como à vista de Deus, que guardam a consciência liberta de mancha, que não sentem ódio contra ninguém, nem são ciumentosos, conservar-se-ão sãos e serão uma real contribuição para a causa de Deus.

A Fidelidade

Cada obreiro deve ser fiel. Lemos em *Testimonies to Ministers*, pág. 251:

"Amai-vos como irmãos, sêde afetuosos, corte-

ses, leais uns aos outros, como a bússola, mas vencei o sentimento de superioridade sôbre vossos companheiros de ministério que vos pode levar a sentir-vos separados dos demais em vossos labôres.”

A instrução é clara: devemos ser leais uns aos outros. Isto não deve ser interpretado como que devamos deixar de lado os princípios, para ser leais. A fidelidade para com a verdade inclui lealdade para com os demais. A amizade nunca deverá ser de índole tal que suporte a homens sem princípios; nunca tão forte que encubra o pecado. Quando a lealdade é capaz de sacrificar os princípios, não é genuína; chegou a ser uma política corrompida. Essa espécie de lealdade é traiçoeira. Nunca deverá ela manifestar-se na causa de Deus.

Quando quem fala é a maioria, nossas convicções pessoais devem ser postas de parte. A atitude belicosa deve dar lugar à submissão e à cooperação. A verdadeira lealdade é provada quando nos encontramos em uma situação em que nossas convicções pessoais devem ser abandonadas. Momentos há para expressar nossas convicções, mas também os há em que devemos aceitar os desejos da maioria e apoiar-nos sinceramente.

Incidentalmente, nossa lealdade no tocante aos demais deve sê-lo suficientemente forte para preservar-nos de criticar as debilidades alheias. Não condiz com a lealdade o amesquinhamento de nosso próximo. Não deveria acontecer que os membros de nossas igrejas mostrem desaprovação pela maneira em que os ministros falam de seus colegas.

Integridade Moral

Falando do ponto de vista moral, estamos vivendo em uma geração iníqua e perversa. O código moral de conduta contido na Bíblia foi, na maioria dos casos, inteiramente desprezado. Como ministros do evangelho temos a responsabilidade de tornar a erguer as normas. Não devemos esquecer estas duas coisas: que “não veio sôbre vós tentação, senão humana,” e que não estamos isentos da tentação. Por seu trabalho, o ministro deve tratar com pessoas de ambos os sexos. De qualquer modo, porém, sua vida deve receber a aprovação do alto. Está êle em perigo constante de arruinar sua reputação. Sempre há alguém que está esperando e observando para descobrir os erros do missionário. Muita gente tem êxito ao murmurar contra o pastor. O assunto de que sempre se fala é o da familiaridade do ministro com o sexo oposto. Uma vez que se comece a falar sôbre êsse ponto, raras vezes se deixa de fazê-lo, embora não haja mais que um mínimo de fundamento. Tais falatórios se aferram ao ministro como o cão à sua presa, e dificilmente o largam. Portanto, o pastor deve viver tão distante da linha discutível, que se os falatórios chegarem a começar, morram por falta de provas em que fundamentar-se.

Walter Schuette diz em seu livro *The Minister's Personal Guide*, pág. 52:

“Os falatórios são um inimigo desprezível, e não obstante um inimigo astuto e poderoso; e às vezes, as visitas pastorais chegam a ser uma fonte produtiva de que se extraem falatórios que se propagam com um gôzo maligno.”

O pastor Schuette adverte contra o perigo de que um homem fale com uma mulher que esteja só em sua casa. Corresponde a nada menos do que a queda da reputação de um ministro, quando al-

gum membro veraz da comunidade, homem ou mulher, chega a comentar: “O automóvel do pregador está estacionado defronte da casa da Sra. *, duas ou três vezes por semana.” Essa senhora pode ser a diretora do côro, a tesoureira da igreja ou a diretora da Sociedade Dorcas. Mas o ministro deve evitar que o vejam amiúde na casa dela.

“Para aumentar as precauções do ministro diremos que muitas igrejas cristãs têm em sua congregação mulheres a quem o epíteto de ‘intrigantes’ é plenamente aplicável. Quer seja por meio dos ardis insidiosos comuns ou do desejo deliberado de pôr em dificuldade o pastor, urdem um plano após outro com o fito de vê-lo a sós. Uma das primeiras coisas que devemos aprender no ministério é a defender-nos de tais mulheres. As vezes não poderão ser vencidas sem sermos decididamente rudes. Pois bem, sejamos rudes.” — *Idem*, págs. 52 e 53.

Vi cairem homens bons e capazes porque no desempenho de seu cargo haviam chegado a uma “inocente familiaridade.” De tais homens diz o sábio: “E êle segue-a logo, como boi que vai ao matadouro, e como o louco ao castigo das prisões.” Vi-os sair das reuniões de comissões, havendo tido que entregar sua credencial, chorando porque seu passado e seu futuro haviam sido arruinados, e às vezes chorando por haverem sido apanhados. Muitas vezes, depois de haverem sido despedidos, voltam-se contra a comissão da Associação. Mas isto não tira o fato de a comissão os haver pôsto em apêrto, senão que simplesmente cumpriu seu dever ao demiti-los de seu cargo. Num momento de fraqueza foram arruinados muitos anos de serviço no que tange à boa influência exercida. Quando algum homem perde sua boa reputação, perdeu algo de valor primordial. Que acontecerá? Simplex é a resposta: Dera o primeiro passo “inocente”.

“Se algumas irmãs, casadas ou solteiras, demonstram familiaridade, repeli-as. Sêde corteses e decididos a fim de que compreendam de uma vez por tôdas que não consentis tais debilidades.” — *Testimonies*, Vol. I, pág. 437.

“A pureza moral, o respeito próprio, uma decidida resistência, devem ser fomentados firme e constantemente. Nunca devemos deixar de ser reservados. Um ato de familiaridade, uma indiscrição, podem comprometer a alma, abrindo as portas da tentação e debilitando dêsse modo o poder para resistir.” — *Counsels on Health*, pág. 295.

Deve o ministro manter-se distanciado de tais assuntos. Mantenhamos limpos nossos pensamentos, mãos e coração! Não é necessário ter entre as mãos, durante meio minuto, a mão de uma senhora, para fazer-lhe entender que estamos contentes de vê-la de novo, e desejar-lhe que passe bem. Se queremos acariciar mãos, tomemos as de nossa esposa, e ninguém poderá dizer-nos nada. Far-lhe-emos feliz a ela e salvaguardaremos nossa reputação.

Necessidade de Convicção

Hoje, o ministro necessita de convicção. O protestantismo do século XX perdeu quase totalmente sua convicção. E mesmo o pequeno grupo que saiu de entre êles, não demonstra a sua convicção. Parece que estamos temerosos de dar a conhecer ao mundo onde estamos e porque ali estamos. No protestantismo moderno também há muito temor de esboçar claramente a sua posição. Estamos tão

ansiosos de "ganhar amigos e influenciar pessoas" que não fazemos nenhuma das duas coisas. Nossa posição na igreja e na sociedade deve ser clara como o cristal. Devemos saber aonde vamos e por quê.

"Ninguém deve consentir em ser uma simples máquina, acionada pelo espírito de outro homem. Deus nos concedeu a faculdade de pensar e agir, e é agindo com cuidado, pedindo-Lhe sabedoria, que podemos tornar-nos aptos para desempenhar posições de responsabilidade. Mantende-vos na personalidade que recebestes de Deus. Não sejais a sombra de outra pessoa. Esperai que o Senhor opere em vós, convosco e por vós." — *A Ciência do Bom Viver*, pág. 446.

Nossa congregação deve saber que estamos nessa posição para alguma coisa; que não somos simplesmente homens que seguimos uma corrente e que podemos ser levados de um para outro lado como a areia. Não devemos estar interessados em trepar "ao carro onde viaja a maioria." Antes de abandonar suas convicções, deve o ministro estar disposto a empurrar o seu carro na direção contrária, embora deva ir só, vertendo sangue e suor, e sem que ninguém o aplauda.

"Os homens de energia são aqueles que sofrem a oposição, o escárnio e os obstáculos. Pondo suas energias em ação, os obstáculos que encontram são-lhes positivas bênçãos. Ganham confiança em si mesmos. Os conflitos e perplexidades provocam a prática da confiança em Deus, e aquela firmeza que desenvolve a força." — *Idem*, pág. 447.

"[Deus] quer homens que pensem mais em cumprir o dever do que em receber recompensas — homens que sejam mais amantes dos princípios do que da promoção." — *Idem*, pág. 426.

Nosso Lar

A desintegração dos lares tem influência devastadora sobre a civilização, e torna-se igualmente alarmante para a vida da igreja. O lar do ministro deve ser exemplar.

"Isto não significa somente que deve ter o temor de Deus como regra na família. Significa, também, que, como espôso, se adornará com a beleza de procedimento que só pode dar um terno amor à espôsa. Significa que em seu trato com os filhos distará muito de ser o duro capataz, ou o comandante inflexível, ou o insensato que não compreende a vida nem os interesses das crianças. A paternidade em nossos dias não é uma responsabilidade simples; mas, como homem de Deus, o ministro a levará com suficiente abnegação e compreensão. Se não podemos encontrar nêlas ambas as coisas, ai de nós!" — *The Minister's Personal Guide*, pág. 69.

Se queremos demonstrar em nosso lar o caráter de Deus, devemos estar certos de que haja inteira submissão a Deus da parte do espôso e da espôsa, e de ambos entre si. Nossa devoção deve ser tão completa que influências estranhas não possam infiltrar-se. Se não podemos ter um lar exemplar em todos os sentidos, duvido que possamos representar os mais altos ideais.

Conclusão

Nossa vocação é santa e nossa vida deve estar em harmonia com êsse elevado chamado a que aten-

demos. O maior valor da causa não se fundamenta nos depósitos financeiros nem em suas bênçãos materiais. Os edifícios e os terrenos têm também o seu valor, mas mais importante do que todos os valores que se possam taxar em dinheiro, é a avaliação espiritual na vida do ministro.

Disse certa vez M. L. Andreassen:

"A igreja tem direito a que seus ministros sejam puros, poderosos, cheios do Espírito Santo, bem instruídos, humildes, honestos, consagrados e dedicados ao seu trabalho. Com um ministro tal que Deus possa abençoar, a obra logo terminará.

A BÍBLIA NO MUNDO

GRAÇAS aos bons ofícios de um doador interessado na difusão da Bíblia, a American Bible Society obteve permissão para colocar nas Embaixadas, Legações e Consulados dos Estados Unidos da América em todo o mundo, Bíblias em inglês e no idioma nacional do país onde existe uma dessas representações. Também estão sendo colocadas Escrituras Sagradas nas salas de leitura das bibliotecas de todos os escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos no estrangeiro. — "A Bíblia no Brasil", N.º 29.

* * *

O IMPERADOR da Abissínia, S. M. Hailé Sellasié, em visita à Casa da Bíblia em Nova York, assinou no "Livro Mundial da Boa Vontade", acrescentando as seguintes palavras: "A Bíblia não é somente um grande livro de referências históricas, mas é também um Guia para a vida diária, e por esta razão eu a respeito e amo".

* * *

O TRABALHO bíblico na Espanha ainda é feito com grandes dificuldades. A produção de Escrituras Sagradas é proibida, e a importação em quantidade é impossível. Porém, a despeito desses fatores, foram circulados em 1952, 1.579 Bíblias 6.050 Testamentos e 22.716 Porções, num total de 30.345 volumes, em comparação com 24.414 em 1951.

* * *

CONSTATOU-SE na Biblioteca Pública da cidade de Nova York, que o livro mais procurado em 1953, tal como em 1900, foi a Bíblia. Na divisão central de circulação da Biblioteca de Nova York, existem 75 Bíblias em uso tão constante, que precisam ser substituídas diversas vezes no ano.

Além da maioria das versões inglesas, a Biblioteca possui ainda muitas traduções estrangeiras, que também são lidas freqüentemente.

* * *

FALA-SE que o irmão mais moço do Imperador do Japão, Príncipe Mikasa, está dedicando grande parte do seu tempo ao estudo do Antigo Testamento. O Príncipe visita regularmente a livraria da Sociedade Bíblica do Japão. No Natal passado, quando um jornalista lhe perguntou se estenderia seus estudos ao Novo Testamento, e se eventualmente viria a aceitar a fé Cristã, o Príncipe respondeu que não poderia predizer o futuro, mas que poderia ser levado nessa direção.



NOSSA LÍNGUA

“ERROS ELEMENTARES”

Albertina R. Simon

ESTUDAR a língua vernácula, procurando usá-la corretamente, é nosso dever.

Felizmente esta página de “Nossa Língua”, como já o foi em tempos passados, tem por escopo principal tratar de assuntos atinentes a questões vernáculas, com o fim de ajudar os manejadores da pena e os buriladores da palavra.

Sentir-nos-emos felizes se pudermos contribuir para o aperfeiçoamento dos que desejam escrever e falar com relativa correção, a língua vernácula, e esperamos não serem vão os nossos esforços.

O nosso belo e rico idioma é muitíssimo descuidado, maltratado. Na imprensa, no lar e até nas escolas, está eivado de uma quantidade assustadora de erros graves.

É uma tristeza ler os jornais, ver os cartazes de rua, as placas de anúncios. E os termos da gíria proliferam por tôda parte, livremente, deturpando a bela língua portuguesa.

Falando ou escrevendo, temos o dever de dar atenção às virtudes principais do estilo: clareza e pureza. Devemos ser claros para que outros nos entendam, e puros, usando uma linguagem escorreita.

A pureza no escrever e no falar tem sido objeto dos maiores cuidados dos nossos homens de letras. Precisamos imitá-los. Mister é conhecer com perfeição a língua vernácula, e o conhecimento razoável dela depende de estudo paciente e muita leitura.

Notam-se, com freqüência, erros elementares detestáveis no falar de pessoas presumivelmente cultas. Vejamos alguns exemplos:

- 1) Fazem muitos dias que êle chegou.
 - 2) Haviam muitas pessoas na sala.
 - 3) V. S. é entre os vossos correligionários o mais competente.
 - 4) Aluga-se bicicletas. Vende-se estas casas.
 - 5) Nós o obedecemos. Eu lhe vi na cidade.
 - 6) Vamos na Escola Sabatina, . . . e muitos outros.
- Paremos por aqui e corrijamo-los, respectivamente, com algumas regras para provar a correção.

1) *Faz muitos dias que êle chegou.* O verbo *fazer* regularmente completo é, no sentido de tempo passado, excepcionalmente impessoal, portanto só se emprega na 3ª. pessoa do singular. Exs.: *Faz um ano; fêz vinte, trinta, quarenta anos.*

2) *Havia muitas pessoas na sala.* O verbo *haver* é outro verbo excepcionalmente impessoal ou impessoal acidental, por conseguinte é, como o *fazer*, usado só na 3ª. pessoa do singular. Exs.: *Houve brincadeiras; haverá várias reuniões; há muitos alunos.*

3) *V. S. é entre os seus correligionários o mais competente.* Os pronomes de tratamento *você, Sr., Sra., V. S., V. Excia., V. M., V. A., etc.*, pedem o verbo na 3ª. pessoa do singular e os pronomes pessoais e os possessivos correspondentes: *o, a, lhe, seu, sua, etc.* Se forem do plural levam o verbo para a 3ª. pessoa do plural. Exs.: *V. S. é muito prestimoso hem como todos os seus. VV. SS. são muito prestimosos hem como todos os seus.*

4) *Alugam-se bicicletas. Vendem-se estas casas.* Êstes verbos estão no plural porque estas frases são passivas. O *se* é partícula apassivadora pessoal. Equivalem a: *bicicletas são alugadas; estas casas são vendidas.* O sujeito da primeira é *bicicletas* e o da segunda, *estas casas*. Ficará o verbo no singular se o sujeito fôr do singular. Exs.: *Vende-se êste relógio. Vendem-se êstes relógios.*

5) *Nós lhe obedecemos. Eu o vi na cidade.* O verbo *obedecer* é relativo, pede complemento indireto e o pronome *lhe* só pode ser indireto. Já o verbo *ver* é transitivo; pede complemento direto. Os pronomes *o, a, os, as, lo, la, los, las,* só podem funcionar como complementos diretos. Exs.: *Obedecer-lhe-emos. Vimo-lo na classe.*

6) *Vamos à Escola Sabatina.* O verbo *ir* indica movimento e exige sempre a preposição *a* e não *em*. Exs.: *Fui à cidade. Irei ao campo.*

Poderíamos continuar explicando o emprêgo da crase neste último exemplo, porém já nos alongamos demasiadamente. Continuaremos noutra ocasião.

